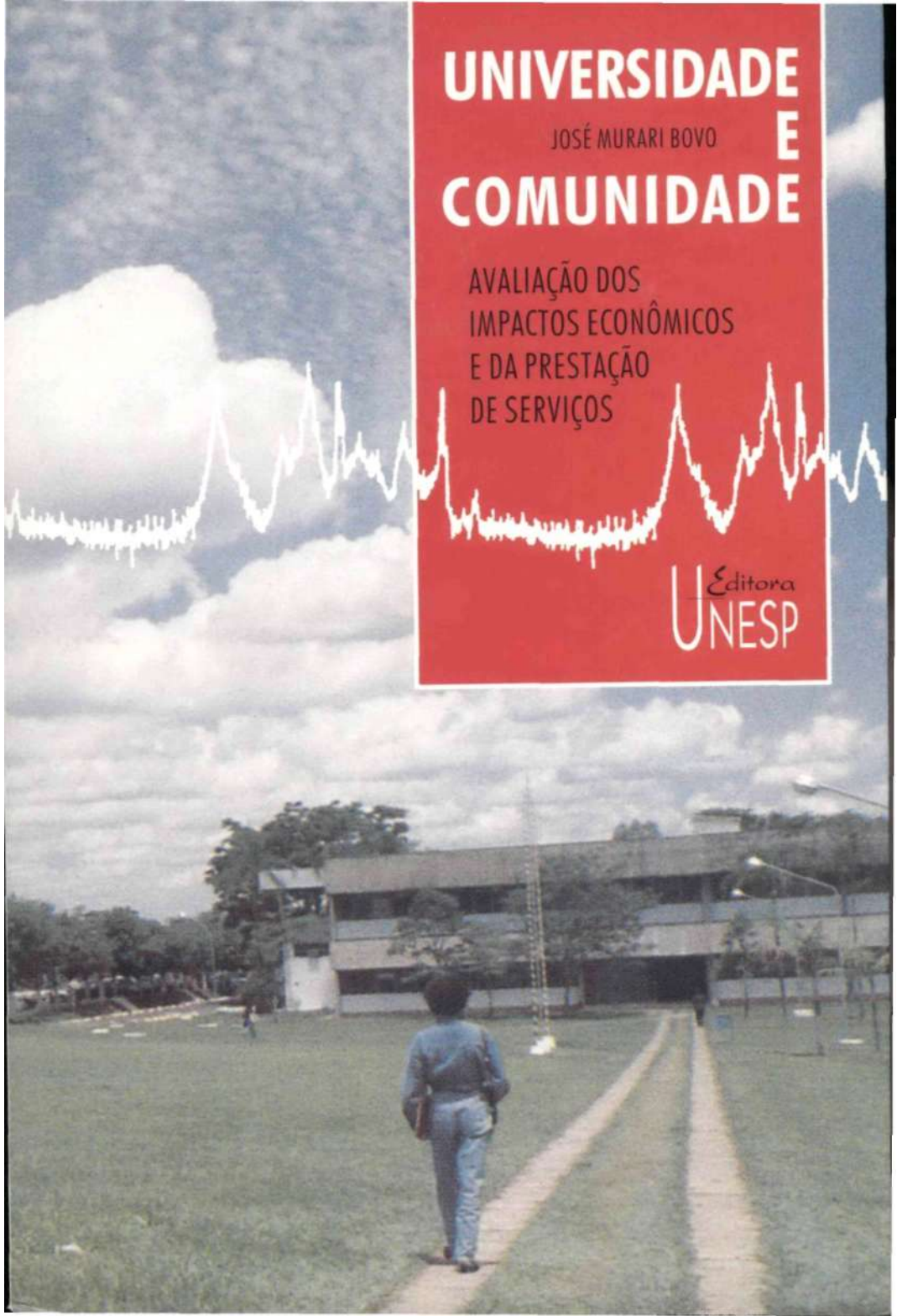


UNIVERSIDADE E COMUNIDADE

JOSÉ MURARI BOVO

AVALIAÇÃO DOS
IMPACTOS ECONÔMICOS
E DA PRESTAÇÃO
DE SERVIÇOS

Editora
UNESP



Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Quando instado a redigir este breve comentário a respeito do trabalho do Prof. José Murari Bovo, fiquei inicialmente me indagando sobre o real significado e utilidade da "orelha" de um livro. Perguntando aqui e ali, um amigo informou: você terá como leitor aquele possível comprador que consulta o livro em pé. Assim, é a você que abre o livro e, em pé, procura alguma informação sobre esta obra que dirijo meu comentário.

Evidentemente que este livro foi escrito por alguém que trabalhou muito e com competência para revelar uma face da universidade pública. Estou me referindo à universidade como instância de receitas para as municipalidades onde, especificamente, encontram-se instalados os câmpus da UNESP. É inegável que a presença dos institutos da UNESP em 15 municípios do Estado de São Paulo provoca um impacto significativo, quer do ponto de vista econômico, quer do ponto de vista sociocultural. Todavia, isso precisava ser demonstrado com a clareza que o Prof. José Bovo e sua equipe o fizeram.

Este é um trabalho que surge no momento aprazado, isto é, quando se discute a reforma do Estado, e que deverá ser leitura obrigatória para todo aquele que se dedica a essa tarefa. Talvez o livro pudesse vir a provocar uma certa mudança na teoria em voga, que classifica setores do Estado em "duros" e "moles", como se estivessemos frente a uma banca de frutas no Mercado Municipal.

**UNIVERSIDADE E COMUNIDADE:
AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS ECONÔMICOS
E DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**

FUNDAÇÃO EDITORA DA UNESP

Presidente do Conselho Curador

Antonio Manoel dos Santos Silva

Diretor-Presidente

José Castilho Marques Neto

Assessor Editorial

Jézio Hernani Bomfim Gutierre

Conselho Editorial Acadêmico

Aguinaldo José Gonçalves

Álvaro Oscar Campana

Antonio Celso Wagner Zanin

Carlos Erivany Fantinati

Fausto Foresti

José Aluysio Reis de Andrade

Marco Aurélio Nogueira

Maria Sueli Parreira de Arruda

Roberto Kraenkel

Rosa Maria Feiteiro Cavalari

Editor Executivo

Tulio Y. Kawata

Editoras Assistentes

Maria Aparecida F. M. Bussolotti

Maria Dolores Prades

UNIVERSIDADE E COMUNIDADE:
AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS ECONÔMICOS
E DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Copyright © 1998 by Editora UNESP

Direitos de publicação reservados à:
Fundação Editora da UNESP (FEU)

Av. Rio Branco, 1210
01206-904-São Paulo-SP

Tel.: (011)223-7088

Fax: (011) 223-7088 (r.227)/223-9560

Home page: www.editora.unesp.br

E-mail: feu@editora.unesp.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Universidade e comunidade: avaliação dos impactos econômicos e da prestação de serviços / José Murari Bovo. - São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999. - (Prismas)

Vários autores.

ISBN 85-7139-229-3

1. Comunidade e universidade 2. Universidade Estadual Paulista - Aspectos econômicos 3. Universidade Estadual Paulista - Aspectos sociais 4. Universidade Estadual Paulista - História 5. Universidade Estadual Paulista - Prestação de serviços de saúde I. Bovo, José Murari. II. Título: Avaliação dos impactos econômicos e da prestação de serviços. **III.** Série

99-0147

CDD-378.103098161

Índices para catálogo sistemático:

1. Universidade Estadual Paulista e comunidade:
Impactos econômicos e financeiros:
Educação superior 378.103098161
2. Universidade Estadual Paulista e comunidade:
Prestação de serviços de saúde:
Educação superior 378.103098161

Editora afiliada à:



EQUIPE TÉCNICA

José Murari Bovo

Coordenador Geral

Professor do Departamento de Economia

FCL - Araraquara

Dalton Geraldo Guaglianoni

Consultor Estatístico

Prof. do Departamento de Educação

FCL - Araraquara

André Luis Rossler

Auxiliar de Pesquisa, Bacharel em

Ciências Econômicas

FCL - Araraquara

Pedro de Miranda Costa

Auxiliar de Pesquisa,

Bacharel em Ciências Econômicas

FCL - Araraquara

Rinaldo Teotônio da Silva

Auxiliar de Pesquisa,

Bacharel em Ciências Econômicas

FCL - Araraquara

Vanessa de Souza Guzzi

Auxiliar de Pesquisa

Bacharel em Ciências Econômicas

FCL - Araraquara

COORDENADORES NOS CAMPUS*

Prof. Antonio Carlos Manduca Ferreira

Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias - Jaboticabal

Prof. Antonio Nivaldo Hespanhol

Faculdade de Ciências e Tecnologia - Presidente Prudente

Prof. Carlos Augusto Pavanelli

Faculdade de Odontologia - São José dos Campos

Célia Aparecida Gomes F. Gavaldão

Funcionária da Seção de Graduação - Faculdade de Ciências - Bauru

Prof. Dagmar Aparecida C. França Hunger

Faculdade de Ciências - Bauru

Prof. Dulce Maria Pamplona Guimarães

Faculdade de História, Direito e Serviço Social - Franca

Prof. Elias José Simon

Faculdade de Ciências Agrônômicas - Botucatu

Prof. Elson Luciano Silva Pires

Instituto de Geociências e Ciências Exatas - Rio Claro

Prof. Fernando Ferrari

Instituto de Biociências, Letras e Ciências

Exatas - São José do Rio Preto

Prof.^a Iandara Alves Mendes

Instituto de Geociências e Ciências Exatas - Rio Claro

Prof. João Luís Cardoso Tapias Cecantini

Faculdade de Ciências e Letras - Assis

Prof. José Augusto Chaves Guimarães

Faculdade de Filosofia e Ciências - Marília

Prof. Luiz Roberto Carroci

Faculdade de Engenharia - Guaratinguetá

Prof. Maria Aparecida Anselmo Tarsitano

Faculdade de Engenharia - Ilha Solteira

Prof. Wilson Galhego Garcia

Faculdade de Odontologia - Araçatuba

Responsáveis, em seus respectivos campus, pelo levantamento dos dados utilizados no capítulo II.

SUMÁRIO

Siglas utilizadas.	9
Prefácio.	11
Apresentação.	15
Agradecimentos.	19
I - Breve histórico da criação e da inserção social da UNESP.	21
II - A UNESP como fator de dinamismo econômico para os municípios.	27
1 Impactos econômicos e financeiros	27
2 Metodologia	47
2.1 Introdução.	47
2.2 Indicadores, conceituação e fontes	47
2.3 Parâmetros comparativos, conceituação e fontes.	49
2.4 Análise comparativa.	51
2.5 Outros parâmetros comparativos.	52
2.6 Os gastos dos alunos.	52
2.7 Recursos movimentados nos municípios.	53

3 Anexos	53
3.1 Tabelas.	53
3.2 Gráficos.	57
3.3 Modelo do questionário aplicado entre os alunos.	72.
3.4 Localização dos campus da UNESP.	73
III - Os serviços prestados pela UNESP na área de saúde: custos, impactos financeiros e sociais.	75
1 Introdução	75
2 Os custos dos serviços de saúde.	76
3 O significado socioeconômico da prestação de serviços de saúde.	82
4 Metodologia utilizada na apropriação dos custos dos serviços de saúde.	88
4.1 Os sistemas de controle de custos.	88
4.2 Descrição da metodologia	92
4.3 Custo total.	101
Conclusões.	103

SIGLAS UTILIZADAS

- FFCL - Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras
- IIES - Institutos Isolados do Ensino Superior
- UNESP - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho
- ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
- IPVA - Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores
- FPM - Fundo de Participação dos Municípios
- FGTS - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
- FO - Faculdade de Odontologia
- FCF - Faculdade de Ciências Farmacêuticas
- FCL - Faculdade de Ciências e Letras
- FFC - Faculdade de Filosofia e Ciências
- FMB - Faculdade de Medicina de Botucatu
- FCT - Faculdade de Ciências e Tecnologia
- FC - Faculdade de Ciências

PREFÁCIO

Quando recebi, honrado, o convite para elaborar, sobre o livro do Prof. Bovo, um "texto ou advertência, ordinariamente breve, que antecede uma obra escrita, e que serve para apresentá-lo ao leitor", tal como o "Aurélio" define prefácio, fiquei imaginando os aspectos essenciais do trabalho que deveriam ser antecipados ao leitor. Destaco, de imediato, o conjunto organizado de informações que o livro oferece, para a população e os dirigentes das comunidades onde está presente a UNESP, a respeito da relevância econômica e financeira da universidade nessas localidades.

A universidade pública tem sido sempre avaliada, tendo-se em conta o ensino, a pesquisa e os serviços que oferece à comunidade. Em razão da qualidade de seus produtos esta instituição sempre foi reconhecida como fator de valorização do município onde está instalada. Isso é bastante evidente no Estado de São Paulo, nos municípios onde estão presentes unidades das universidades públicas paulistas. No caso da UNESP, sua própria origem está associada ao processo de desenvolvimento das comunidades interioranas. Esse é, aliás, um dos tópicos mais bem elaborado deste livro, ao fazer um breve histórico da criação da UNESP.

A novidade do trabalho está em analisar as unidades universitárias públicas e, em particular, a UNESP como fonte de receitas para as atividades econômicas dos municípios onde estão instaladas. Sendo as universidades públicas paulistas custeadas, predominantemente, pelos recursos do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), o gasto de custeio e investimento das suas unidades universitárias representam uma forma de retorno, a estes municípios, de parte da arrecadação do ICMS do Estado.

No Estado de São Paulo, pertencem aos municípios 25% da arrecadação do ICMS do Estado: a chamada cota-parte dos municípios. A participação de cada um nessa cota-parte é calculada com base em um índice no qual o valor adicionado no município é o fator de maior peso relativo (76%). Assim, quanto maior o valor criado pelas atividades econômicas de um município, maior tende a ser, sob a forma de distribuição da cota-parte do ICMS, o retorno a esse município de parte da arrecadação geral do ICMS do Estado.

É essa a principal justificativa para toda a sorte de incentivos e facilidades que os municípios oferecem para o estabelecimento de novas empresas em seu território, abrindo mão de receitas tributárias, doando terrenos, realizando investimentos próprios do empreendimento privado etc.

Portanto, quando compara o montante de recursos fiscais que retorna aos municípios em virtude de sua cota-parte do ICMS (que reflete a pujança de suas atividades econômicas) com os recursos da mesma fonte, que retornam em razão da presença da universidade, o trabalho do Prof. Bovo está oferecendo um caminho para que a comunidade e seus dirigentes possam avaliar a eficácia das políticas de incentivo ao setor privado em confronto com o impacto estritamente econômico da universidade pública e as respectivas ações políticas a favor da sua preservação.

Além do dimensionamento dos recursos de origem fiscal e da receita própria da universidade que é gasta nos municípios, o livro ainda nos oferece um importante estudo sobre o gasto dos

estudantes, permitindo avaliar, de imediato, sua importância para os diferentes setores que atendem a essa demanda.

Outro aspecto importante do trabalho é a análise dos serviços prestados pela UNESP na área de Saúde. Além, evidentemente, do caráter essencial e da relevância social desses serviços, novamente, nesse caso, é importante destacar o significado econômico da presença da UNESP para as comunidades onde ela está instalada. O trabalho oferece, mais uma vez, aos dirigentes municipais e à população interessada, as informações necessárias para avaliar os custos que teriam de ser assumidos por algum órgão público com capacidade de atuação local, se não estivessem sendo oferecidos pela universidade.

Um terceiro aspecto merece destaque e diz respeito às análises e informações que o trabalho oferece para a própria comunidade universitária e seus dirigentes. Em primeiro lugar, porque, embora a pesquisa esteja restrita à UNESP, a metodologia desenvolvida no trabalho permite a sua aplicação às demais universidades públicas paulistas que, como a UNESP, causam impacto econômico em suas comunidades. Em segundo, pelo fato de explicitar uma dimensão da relevância da universidade que não é do conhecimento da sua própria comunidade. No caso particular da UNESP, uma universidade já marcada pela sua interação com as comunidades interioranas, o conhecimento de sua importância econômica deve ser entendido como um elemento de melhoria da qualidade dessa interação.

Finalmente, este trabalho, ao dimensionar o valor econômico e a relevância social dos serviços prestados pela UNESP na área da Saúde, sugere imediatamente, aos dirigentes universitários, a necessidade de ampliar a abordagem para os demais serviços prestados à comunidade, nas áreas das Ciências Agrárias; Ciências Biológicas; Ciências Exatas e da Terra; Engenharias e Ciências da Computação; Ciências Humanas; Linguística, Letras e Artes e das Ciências Sociais Aplicadas. Além disso, em razão das próprias dificuldades enfrentadas pelo Prof. Bovo em coletar e sistematizar as informações a respeito dos serviços prestados pela UNESP, o trabalho chama a atenção para a neces-



cidade de a universidade revolucionar o seu modo de prestar serviços, desenvolvendo seu potencial não plenamente utilizado e criando organismos e instrumentos que explicitem, com clareza, seus custos, fontes de recursos, produtos e população beneficiada.

A universidade pública só poderá (des)qualificar a apressada ideologia neoliberal, que procura depreciar a sua relevância para a sociedade, legitimando-se perante essa própria sociedade. O trabalho do Prof. Bovo é uma importante contribuição para uma melhor avaliação de um dos aspectos da relevância da universidade pública e do seu potencial socioeconômico.

Antonio Márcio Fernandes da Costa
Doutor em Economia pela UNESP
São Paulo, outubro 1998.

APRESENTAÇÃO

O conteúdo deste livro é resultado de três pesquisas realizadas entre 1996 e 1997 nos Campus da UNESP. A primeira teve como objetivos dimensionar o montante de recursos monetários movimentados pelas unidades universitárias existentes no Campus de Araraquara e avaliar o impacto econômico-financeiro da circulação desses recursos para o município. A segunda buscou apropriar os custos dos serviços de extensão prestados à comunidade pela UNESP com um corte específico: aqueles que são dirigidos para a área de Saúde da população. Ao perseguir este objetivo, esta pesquisa reuniu indicadores que demonstram o significado social representado pela oferta desses serviços, uma vez que eles contribuem para a implementação das políticas públicas. Como subproduto, foi desenvolvida uma metodologia de apropriação de custos aplicada às especificidades desses serviços de extensão. A terceira pesquisa ampliou o campo de investigação da primeira por meio da aplicação de sua metodologia para os Campus da UNESP existentes em 14 municípios do interior do Estado de São Paulo.

A motivação maior que levou à realização das pesquisas foi a de contribuir para o conhecimento de uma questão sobre a qual pouco se sabe, ou seja, qual a importância e o significado das

universidades públicas como fonte de dinamismo para as economias das cidades onde estão localizadas? No caso da UNESP, a explicitação deste significado tornava-se mais instigante dada a sua peculiar distribuição geográfica, com a existência de Campus em 15 cidades do Estado de São Paulo.

Tão importante quanto este conhecimento é a necessidade de prestar contas à população das atividades desenvolvidas pelas universidades como contrapartida dos recursos públicos recebidos. No atual contexto político, em que predominam as teses neoliberais, elas têm sido freqüentemente acusadas de ineficientes e vistas, pelas autoridades governamentais, apenas como unidades de despesa. Os resultados das pesquisas reunidos neste livro mostram sua importância como fonte de dinamismo para as cidades onde estão localizadas - uma das faces de sua inserção social pouco conhecida - como também reafirmam a importância dos serviços prestados pelas universidades públicas, contrariando a opinião daqueles que, alicerçados em uma visão contábil míope, as enxergam somente como fontes de gastos.

O livro é composto de três capítulos. O primeiro apresenta um resumo dos antecedentes históricos da criação da UNESP que irão conformar sua peculiar distribuição geográfica, o que a diferencia da grande maioria das universidades públicas brasileiras.

No segundo capítulo, são analisados os indicadores que revelam o papel da UNESP como fonte de dinamismo para as economias dos municípios por meio dos dispêndios que ela, como instituição, assim como seus servidores e alunos realizam. Integram também esta parte a metodologia que foi desenvolvida para a realização desta pesquisa e os anexos nos quais constam tabelas Complementares, gráficos e um mapa com a localização geográfica dos campus da UNESP.

O terceiro trata da apropriação dos custos dos serviços prestados pela UNESP na área de Saúde e do seu significado do ponto de vista da implementação das políticas públicas de corte social. Apresenta-se também a metodologia que foi utilizada para a apropriação dos custos, cujo texto é de autoria de André Luis Rossler e Fábio Miguel Longo.

A realização deste trabalho permitiu aprofundar meu conhecimento sobre a UNESP e ratificou a certeza de que somos uma universidade que desenvolve suas atividades com elevada competência. Não significa que não temos problemas, da mesma forma que as demais universidades públicas. Eles existem e não serão facilmente solucionados sobretudo em uma conjuntura marcada pela escassez de recursos financeiros e por uma política nacional de sucateamento da rede de ensino público superior do país. Um bom começo para enfrentar nossos problemas passa, sem nenhuma dúvida, pelo nosso autoconhecimento. Pelo diagnóstico de nossas forças e de nossas fraquezas. Pelo abandono do varejo e a preocupação com as questões estruturais da universidade. Pela busca de formas Complementares de financiamento, pela socialização das já existentes e pela definição de critérios para racionalizar custos.

Afinal, qual é o nosso projeto de universidade? Como recuperar a identidade de uma instituição pública que deve ser capaz de produzir e transmitir conhecimentos de uso coletivo? Como bem observou o Prof. José Arthur Giannotti em recente entrevista concedida ao jornal *Folha de S.Paulo*, é preciso que a universidade desempenhe um dos seus papéis mais importantes: estar vinculada à elaboração de um projeto nacional de desenvolvimento econômico com justiça social. É a vinculação a este projeto que dará legitimidade à universidade enquanto instituição pública.

Começaremos a sair da crise no momento em que estas questões forem incorporadas em nosso cotidiano de trabalho e que, sobretudo, saibamos criar um espaço democrático de discussão que permita refletir e propor soluções para a reestruturação da universidade. A estruturação de um projeto alternativo de universidade é a única maneira de nos colocarmos ativamente no processo de reforma universitária que o governo federal está implantando por decreto.

AGRADECIMENTOS

O apoio e incentivo de algumas pessoas tornaram possível a realização deste trabalho.

Prof. Dr. Antonio Manoel dos Santos Silva, Magnífico Reitor da UNESP; Prof. Dr. Luis Roberto de Toledo Ramalho, Vice-Reitor; Prof. Dr. Arthur Roquete de Macedo, ex-Reitor; Prof. Dr. Antonio Márcio Fernandes da Costa, assessor da Reitoria para projetos especiais; Prof. Dr. Antonio Carlos Bernardo que, muito mais do que entusiastas da sua realização, compreenderam o seu significado e a sua importância.

Um agradecimento especial ao Prof. Antonio Márcio, cujas sugestões e comentários críticos foram fundamentais. Da mesma forma, as sugestões do Prof. Dr. Eolo Marques Pagnani, do Instituto de Economia da Unicamp, contribuíram para a construção da metodologia de apropriação dos custos dos serviços de saúde, utilizada no capítulo III.

Os diretores das faculdades e institutos pesquisados, os seus funcionários e, especialmente Rogério Luiz Bucelli, responsável pelo Grupo Técnico de Planejamento Estratégico da Assessoria de Planejamento e Orçamento da Reitoria, que deram uma importante contribuição para o levantamento dos dados necessários para a realização da pesquisa.

Externos agradecimentos especiais aos auxiliares de pesquisa que trabalharam sob minha coordenação desenvolvendo um trabalho profissional sério e competente sem o qual, nenhum coordenador de qualquer projeto é capaz de realizá-lo com su-

cesso. Embora sua participação não tenha ocorrido de forma simultânea ao longo da realização das três pesquisas, os méritos deste trabalho são em grande parte devidos ao André, ao Fábio, ao Pedro, ao Rinaldo e à Vanessa.

Os docentes e funcionários que ficaram responsáveis pelo levantamento das informações que permitiram avaliar os impactos econômicos-financeiros da universidade, supracitados como Coordenadores nos campus.

Os alunos do PET-Economia da FCL - Araraquara que colaboraram na aplicação do questionário entre os alunos na sua fase de teste, contribuindo, com suas sugestões, para o seu aperfeiçoamento.

Finalmente, um agradecimento especial à Fundação para o Desenvolvimento da UNESP (FUNDUNESP), responsável pelo financiamento da pesquisa.

Evidentemente que nenhuma dessas pessoas mencionadas tem qualquer responsabilidade pelos equívocos porventura existentes no trabalho.

I - BREVE HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E DA INSERÇÃO SOCIAL DA UNESP

Nos anos 50, a ideologia desenvolvimentista constituía o fio condutor que balizava o debate nacional referente às questões políticas, econômicas e culturais. Vivia-se uma época de grande otimismo em relação ao futuro do país, que se traduzia no apoio ao Plano de Metas do governo de Juscelino Kubitschek sobre o qual depositava-se uma grande esperança no sentido de que ele seria capaz de superar o subdesenvolvimento e, por consequência, as desigualdades setoriais, regionais e sociais.

Foi nesse contexto que, no Estado de São Paulo, foram criadas inúmeras escolas públicas de nível superior que atendiam a um dos objetivos do Plano de Metas, ou seja, a formação e especialização da mão-de-obra para dar suporte ao desenvolvimento tecnológico do país. Dessa forma, a criação, a implantação e o funcionamento das antigas Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras (Institutos Isolados do Ensino Superior) em várias cidades do interior do Estado de São Paulo - algumas das quais viriam, posteriormente, constituir a UNESP - ocorreram em um momento histórico especial: iniciava-se um vigoroso ciclo de desenvolvimento econômico que iria transformar profundamente a estrutura produtiva do país.

Uma das manifestações deste ciclo foi o desencadeamento do processo de descentralização e interiorização da indústria que passou a exigir, também de forma descentralizada, a formação de técnicos de nível superior que a modernização do país passava a demandar.

Como resultado do ciclo de desenvolvimento e da interiorização da indústria, as estruturas produtivas de diversas cidades do interior do Estado de São Paulo passaram por grandes transformações. A diversificação econômica daí decorrente, especialmente por meio do crescimento da agroindústria, impulsionou a criação de inúmeras atividades no setor de serviços: bancos, comércio, transportes, comunicações, saúde e educação em seus vários níveis. Foi nessa conjuntura que, entre 1957 a 1959, foram criadas as FFCL (IIES) de São Paulo.¹

A inserção social dessas unidades de ensino superior, nas cidades onde foram criadas, foi um processo difícil e atribulado. Um dos fatores que contribuiu para isto foi a mudança do regime político em 1964. De modo geral, o período dos governos militares caracterizou-se pelo aprofundamento dos conflitos político-ideológicos que irão resultar no alargamento da distância que separava as universidades da sociedade. Esse processo de radicalização política aguçou as tentativas de controle das universidades resultando na imposição, pelo novo regime, de um modelo de ensino superior de corte centralizado que resultou na criação da UNESP em janeiro de 1976.

Essa polêmica decisão do governo do Estado de São Paulo marcou profundamente os destinos dos Institutos Isolados e constituiu-se outro fator de conflito entre governo e universidade. Na época, alguns desses institutos e vários de seus professores interpretaram a criação da UNESP como uma medida autoritária, um ato de violência, só possível porque tomado por

1 Uma análise do contexto histórico de criação das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras encontra-se em: VAIDERGON, J. *As seis irmãs: as Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras - Estado de São Paulo - 1957-1964*. Campinas, 1995. Tese (Doutorado) - Faculdade de Educação, Unicamp.

um governo nomeado pela ditadura militar. No entanto, os atores que participaram direta ou indiretamente daquele episódio afirmam que esta oposição de boa parte da comunidade acadêmica não era dirigida especificamente contra a criação da UNESP, mas sim contra a forma como ela foi criada, por meio de um ato autoritário. Mas, essa oposição, explicava-se também por outras razões. Com a criação da UNESP, vários cursos dos diversos Institutos Isolados foram extintos e a reunião, em uma estrutura administrativa centralizada, de unidades universitárias heterogêneas tanto em termos materiais quanto de nível acadêmico feriu interesses, provocou descontentamentos e gerou resistências.

A distância entre as sociedades locais e a comunidade universitária, que nos anos 60 e até meados dos anos 70, carregava um forte componente político-ideológico passa a assumir simultaneamente, a partir da metade desta última década, uma característica geográfica. Era preciso isolar a comunidade acadêmica do convívio com a sociedade, evitando que esta fosse "contaminada" pelas idéias que, no discurso oficial, pretendiam subverter a ordem estabelecida por meio da substituição do regime capitalista pelo comunista. Foram então construídos os campus universitários que, no Brasil, de modo geral, localizaram-se fora da zona urbana das cidades. No caso das FFCL não foi diferente. Em muitas cidades do Estado de São Paulo, onde elas existiam, foram construídas novas instalações isoladas do contato com a população. Estava concluído o processo de confinamento das comunidades acadêmicas, distanciando-as do convívio com as sociedades locais. Assim, ao longo do período, foi construído um "muro" separando-as, o que contribuiu para aumentar as desconfianças mútuas e aguçar a rivalidade entre elas.

Esse processo de afastamento - que marcou especialmente as unidades universitárias que possuíam cursos na área de Ciências Humanas - foi bastante prejudicial para a inserção social da UNESP. De um lado, a sociedade local, embora beneficiada pela existência das faculdades, evitava e, em muitas cidades, até dificultava a aproximação com a comunidade acadêmica. E o fazia,

sobretudo pela influência da propaganda oficial e dos acontecimentos políticos que marcaram o período no sentido de que a universidade constituía um reduto de comunistas. De outro, esta comunidade, segregada social e espacialmente e hostilizada politicamente, poucos esforços fazia para reduzir a distância. Dessa forma, criou-se um enorme obstáculo que dificultou a inserção social da universidade e que demandaria algum tempo para sua remoção.

O início da derrubada do "muro" ocorreu com o fim do regime militar e a abertura política de meados dos anos 80. Contribuíram para isto: o próprio processo de democratização da sociedade brasileira que, entre outras coisas, desnudou os malefícios causados por mais de 20 anos de ditadura e, o crescimento da UNESP tanto do ponto de vista quantitativo quanto qualitativo que, ao expandir o número de cursos e de vagas foi progressivamente democratizando o acesso à universidade.

Após as eleições de 1982 para os governos estaduais, alguns governadores incorporaram as políticas descentralizantes entre os objetivos principais de suas administrações. Em São Paulo, durante o governo de Franco Montoro, a descentralização das políticas públicas representou um dos aspectos mais marcantes de sua ação administrativa. Em decorrência das diretrizes estabelecidas pela política de descentralização, foram formulados programas de governo implementados por meio de obras e/ou atividades voltadas para diferentes fins. Na área social, um número significativo de programas foi proposto e implantado envolvendo várias secretarias e órgãos governamentais, por meio de ação articulada com os municípios, tanto no que se refere ao financiamento quanto ao gerenciamento e execução dos projetos. Sem entrar na análise do mérito e dos resultados dos programas descentralizantes, importa ressaltar que em vários Estados brasileiros a descentralização passou a ocupar um lugar de destaque tanto no debate relativo aos rumos da Federação brasileira quanto na ação administrativa dos vários níveis de governo.

Dadas as dificuldades que emergiram do fato dos municípios passarem a participar diretamente do processo de formulação,

financiamento e gerenciamento das políticas sociais, em muitas cidades, a possibilidade de contar com o apoio técnico-científico das unidades da UNESP foi importante para que suas administrações pudessem planejar e implementar várias modalidades de política social.

Contando com uma estrutura *multicampus*, abriu-se para a UNESP a oportunidade de interagir com os municípios, permitindo que as unidades de cada campus pudessem exercer um importante papel no atendimento de parcela da demanda por serviços sociais por parte da população, no processo de descentralização das políticas públicas e no desenvolvimento do interior paulista.

Assim, ao longo dos anos 80 e início dos 90, vários fatores foram sedimentando a aproximação entre a comunidade acadêmica e a sociedade. A formação de uma massa crítica na UNESP por meio da especialização de seu corpo docente e da melhoria na qualidade do ensino e da pesquisa; o incremento da prestação de serviços à comunidade, especialmente as atividades desenvolvidas na área de atendimento à saúde da população; a assistência técnica prestada às empresas privadas; as parcerias com o setor público em inúmeros projetos, fizeram que a UNESP se transformasse em uma referência no complexo universitário paulista, não só pela sua peculiar distribuição geográfica mas sobretudo pelo significado e repercussão social de suas atividades.

Dessa forma, razões históricas e politicamente determinadas fizeram da UNESP uma "universidade do interior". E, uma vez inserida regionalmente nos centros polarizadores e irradiadores do desenvolvimento, ela passou a apresentar uma condição privilegiada para analisar, diagnosticar e propor soluções para os problemas decorrentes do desenvolvimento no interior do Estado. Em poucos anos, ela passou a ser uma importante interlocutora e parceira no planejamento e implementação das políticas públicas por parte de inúmeros municípios paulistas.

II - A UNESP COMO FATOR DE DINAMISMO ECONÔMICO PARA OS MUNICÍPIOS

1 Impactos econômicos e financeiros

Nascida como parte integrante do processo de diversificação política, econômica e cultural do interior paulista e integrando-se progressivamente na vida das cidades por meio do desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e prestação de serviços à comunidade e de seu engajamento no processo de descentralização das políticas públicas, a UNESP, à medida que crescia passava a contribuir de forma significativa para o dinamismo das economias das cidades onde estava instalada.

A movimentação de recursos financeiros por meio do pagamento dos salários de professores e de funcionários; dos investimentos em obras e equipamentos; das demais despesas de custeio; dos gastos dos alunos oriundos de outras cidades cujo montante aumentava à medida que novos cursos iam sendo criados e novas vagas eram abertas nos já existentes, constituem um conjunto de fatores que passaram a exercer um efeito dinâmico e multiplicador sobre as atividades econômicas locais. Assim, ao processo de diversificação e de qualificação do ensino e das atividades culturais das cidades do interior paulista onde as unidades da UNESP estavam instaladas, agregavam-se os efeitos econômico-financeiros resultantes dos dispêndios necessários ao seu funcionamento.

Nos últimos anos, esses efeitos ampliaram-se com a obtenção da autonomia financeira das universidades públicas paulistas, por meio do Decreto-Lei nº 29.598/89. De acordo com ele, a UNESP, a USP e a Unicamp passaram a ter direito a um percentual na arrecadação do ICMS do Estado. Este percentual que em 1989 era de 8,4%, em 1992 foi aumentado para 9% e, em 1995, passou para 9,57%. Se, de um lado, o aumento dos recursos permitiu que as universidades aprofundassem sua inserção social por meio da melhoria da qualidade de suas atividades fins, de outro, fez que ampliasse sua importância como fonte de dinamismo para as economias das cidades onde elas estão localizadas. No caso da UNESP, embora houvesse indícios dos impactos para as economias locais do fluxo de seus recursos financeiros, o fato é que, até recentemente, pouco se sabia sobre eles.

A análise dos dados desenvolvida a seguir, será realizada tomando como referência o conjunto dos campus e dos municípios onde eles encontram-se localizados.¹ Apenas quando necessário, os resultados de alguns campus serão destacados isoladamente em razão da sua relevância e do seu significado para os objetivos do trabalho. Evidentemente, o tratamento conjunto implica desconsiderar as diversidades existentes entre os campus quanto ao número de alunos, de servidores e de cursos; ao grau de complexidade das instalações e dos equipamentos necessários ao funcionamento dos cursos; ao montante de recursos orçamentários; e, entre os municípios, no que se refere ao número de habitantes; à complexidade da estrutura produtiva; ao valor das receitas arrecadadas. Quando esses indicadores são transformados em seus valores médios, desaparecem as distinções entre

1 A UNESP possui unidades em 15 cidades: Araçatuba, Araraquara, Assis, Bauru, Botucatu, Franca, Guaratinguetá, Ilha Solteira, Jaboticabal, Marília, Presidente Prudente, Rio Claro, São José do Rio Preto, São José dos Campos e São Paulo. A Reitoria e o campus, onde funciona o Instituto de Artes do Planalto (IAP), localizados na cidade de São Paulo, não foram incluídos na pesquisa uma vez que os impactos econômicos dos recursos financeiros que eles movimentam são inexpressivos no contexto do município. As unidades existentes em São Vicente, Eldorado Paulista e Capão Bonito, constituem Unidades Complementares, nas quais não funcionam cursos regulares de graduação e pós-graduação.

os campus complexos² como Botucatu (onde estão instalados o curso de Medicina e o Hospital Universitário) e os campus menos complexos, como o de Franca que, relativamente aos demais, movimentam a menor quantidade de recursos orçamentários. Tome-se também, como exemplo, para ilustrar esta questão o município de São José dos Campos, onde a unidade universitária da UNESP conta apenas com um único curso (Odontologia). No entanto, é o maior dentre os 14 municípios do interior do Estado onde existem campus da UNESP. Como poderá ser observado, os efeitos econômicos da existência do curso de Odontologia nesse município são pouco expressivos em razão da grandeza de sua estrutura produtiva.

Mesmo reconhecendo os prejuízos decorrentes desse tipo de análise, os dados foram considerados em seus valores totais por duas razões: 1. a análise específica para cada campus ultrapassava os objetivos inicialmente traçados e 2. o cronograma de realização da pesquisa, que previa sua finalização em 4 meses, não permitia um tratamento particularizado. Porém, isso não impede o conhecimento dos impactos econômicos de cada um deles para os municípios onde se localizam, pois, a forma como os dados são apresentados, permite apreendê-los.³

Os valores referentes ao total dos recursos movimentados no ano de 1996 pelas faculdades e institutos que compõem os campus da UNESP estão na Tabela 1. Dado que 95% desses recursos são provenientes do ICMS, a arrecadação tributária do município constitui um importante parâmetro comparativo para avaliar sua importância. Com este objetivo, na Tabela 2, são apresentados os valores de algumas categorias da receita dos municípios onde existem unidades da UNESP, assim como o montante do ICMS arrecadado.⁴

2 O conceito de campus complexo refere-se às unidades que possuem várias faculdades ou institutos.

3 As tabelas e gráficos com os dados de cada campus encontram-se no corpo do trabalho e nos anexos.

4 Os valores monetários referentes aos recursos financeiros da UNESP, assim como os relativos às receitas dos municípios referem-se ao ano de 1996 e foram atualizados para R\$ de novembro de 1997, com base no IGP-DI Centrado, tomando como referência os deflatores existentes nos Indicadores IESP - FUNDAPE - novembro/dezembro de 1997.

Tabela 1 – UNESP – Recursos financeiros movimentados, 1996. Em R\$¹

Campus	Recursos provenientes do ICMS				Recursos não provenientes do ICMS			Total (c) = A+B	(A/C)	(B/C)	%
	Despesa de pessoal	Outras despesas de custeio	Investimento	Subtotal (A)	Receitas próprias	Receitas de convênios	Subtotal (B)				
Araçatuba	12.287.133,37	1.502.039,07	222.960,54	14.012.132,98	392.881,55	746.023,77	1.138.038,32	15.151.038,30	92,48	7,52	
Araraquara	39.046.160,64	4.817.634,68	2.329.174,85	46.192.970,16	2.264.412,84	1.537.519,88	3.801.932,72	49.994.902,88	92,40	7,60	
Assis	11.892.737,68	1.160.254,15	634.956,87	13.687.948,70	339.049,35	468.443,81	807.493,16	14.495.441,85	94,43	5,57	
Bauru	19.718.906,80	2.101.639,57	732.176,54	22.552.722,91	153.958,06	-	153.958,06	22.706.680,97	99,32	0,68	
Botucatu	80.011.801,35	20.394.578,79	7.043.725,06	107.450.105,19	1.209.274,86	1.973.550,37	3.182.825,23	110.632.930,42	97,12	2,88	
Franca	6.941.874,06	700.828,59	56.266,73	7.698.969,38	118.404,90	150.880,82	269.285,72	7.968.255,10	96,62	3,38	
Guaratinguetá	10.019.753,55	957.684,02	63.740,28	11.041.177,85	359.224,45	180.751,38	539.975,83	11.581.153,68	95,34	4,66	
Ilha Solteira	10.947.314,95	1.677.797,88	930.021,48	13.555.134,32	1.263.550,69	1.582.731,10	2.846.281,79	16.401.416,11	82,65	17,35	
Jaboicabal	23.964.837,77	3.142.141,61	597.963,45	27.704.942,83	1.168.957,92	155.613,05	1.324.570,97	29.029.513,80	95,44	4,56	
Marília	9.985.738,31	892.733,34	343.826,34	11.222.298,00	155.003,90	50.203,86	205.207,76	11.427.505,76	98,20	1,80	
Presidente Prudente	10.195.507,89	1.276.298,78	86.415,56	11.558.222,23	143.392,96	71.387,24	214.780,20	11.773.002,43	98,18	1,82	
Rio Claro	20.391.478,64	1.944.077,32	1.538.386,38	23.873.942,33	775.233,88	288.983,10	1.064.216,98	24.938.159,31	95,73	4,27	
São José do Rio Preto	14.071.241,37	1.113.332,71	1.286.719,05	16.471.293,13	168.285,38	316.389,49	484.674,87	16.955.968,00	97,14	2,86	
São José dos Campos	7.170.829,83	951.566,06	209.277,58	8.331.673,47	342.221,74	-	342.221,74	8.673.895,21	96,05	3,95	
Total	276.645.316,20	42.632.606,59	16.075.610,70	335.353.533,49	8.853.852,47	7.522.477,88	16.376.330,34	351.729.863,83	95,34	4,66	

¹ Em R\$ de novembro de 1997 – Deflator: IGP-DI Centrado – Fonte: IESP – FUNDAP.

Tabela 2 – Arrecadação municipal, 1996. Em R\$¹

Municípios	Receita total	Receita tributária própria	Quota-parte do ICMS	Fundo de Participação dos Municípios	IPVA(*)	ICMS Arrecadado (**)
Aracatuba	75.830.198,21	25.501.412,84	20.863.352,14	7.870.539,12	4.037.630,17	44.261.816,91
Anaraquara	69.752.252,30	22.693.492,93	23.271.817,08	7.870.539,12	4.581.536,67	68.847.144,55
Assis	32.452.196,65	7.055.267,93	6.869.124,58	4.222.051,81	1.716.931,15	5.401.881,32
Bauru	109.689.795,63	28.176.234,70	34.937.949,71	7.883.102,29	7.648.742,88	117.403.661,50
Botucatu	37.309.382,07	11.877.436,29	11.205.352,43	4.486.636,90	2.080.523,47	16.176.705,17
Franca	114.929.923,25	12.142.690,69	30.630.083,32	8.108.531,52	4.954.706,22	62.142.252,14
Guaratinguetá	36.926.138,13	7.800.996,50	13.578.075,36	4.824.917,74	1.600.015,74	51.819.065,10
Ilha Solteira	24.565.292,34	808.529,05	18.021.352,91	1.853.232,98	460.920,13	1.191.964,81
Jaboticabal	27.885.711,13	6.459.984,47	10.951.095,70	3.618.688,28	1.574.403,21	10.277.686,48
Marília	49.681.708,53	11.754.047,45	16.285.791,39	7.870.539,12	3.955.908,70	49.424.003,57
Presidente Prudente	60.497.004,18	18.533.186,85	21.793.797,71	7.870.539,12	4.678.691,33	55.265.805,76
Rio Claro	68.180.900,33	32.091.123,72	22.189.796,91	7.062.038,18	3.683.257,51	91.103.586,31
São José do Rio Preto	125.316.603,31	40.001.305,69	33.767.558,00	7.870.539,12	9.883.351,67	126.701.672,85
São José dos Campos	313.172.254,84	58.676.709,27	162.637.981,86	7.838.152,21	9.627.880,36	648.386.215,27
Total	1.146.189.360,91	283.572.418,37	427.003.129,13	89.250.047,52	60.484.499,21	1.348.403.461,75

¹ Em R\$ de novembro de 1997 – Deflador: IGP-DI Centrado – Fonte: IESP – FUNDAP.

* Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores.

** Montante do ICMS arrecadado nos municípios.

As comparações entre a arrecadação municipal e os recursos da UNESP encontram-se nas Tabelas 3 e 4. Na Tabela 3, observa-se que, para o conjunto dos campus, o total dos recursos da UNESP provenientes do ICMS representou 24,87% do valor do ICMS recolhido pelas empresas dos municípios aos cofres do governo estadual (coluna E). Enquanto a quota-parte dos municípios⁵ representou 31,67% deste valor (coluna D). Dessa forma, do total do ICMS arrecadado no município (coluna A), 56,54% retornam por meio da UNESP e da quota-parte dos municípios (coluna F). Isso significa que sem a presença da UNESP, 24,87% - correspondente a um valor superior a R\$ 335 milhões (coluna C) - não teriam retornado aos 14 municípios. Além disso, do total do ICMS que retornou para estas cidades por meio da universidade (ICMS-UNESP) e dos municípios (quota-parte), cujo montante foi de R\$ 762 milhões (colunas B + C), 44% desse total foram devidos à existência da UNESP. Se esses municípios, no seu conjunto, dependessem somente da quota-parte municipal do ICMS, apenas 31,6% do ICMS arrecadado (coluna D) teriam retornado, ou seja, R\$ 427 milhões de um total de R\$ 1,348 bilhão. Cabe destacar a relação entre UNESP-ICMS/ICMS *arrecadado*, nos municípios de Ilha Solteira, Botucatu, Assis e Jaboticabal, que foram respectivamente de 1.137%, 664%, 253%, 269% (coluna E). Nesses casos, os recursos orçamentários recebidos por esses campus provenientes do ICMS superam de forma expressiva o montante desse imposto arrecadado nos respectivos municípios. Para que fosse possível

5 A quota-parte do ICMS refere-se à parcela pertencente aos municípios do produto da arrecadação deste imposto que é de competência estadual. A participação de cada município no produto de sua arrecadação⁶ calculada com base em um índice composto a partir dos seguintes critérios: 1. 76%, com base no valor adicionado gerado em cada município; 2. 13%, com base na população; 3. 5%, com base na receita tributária própria; 4. 3%, com base na área cultivada; 5. 0,5%, com base na área alagada; 6. 0,5%, em função de áreas de proteção ambiental; e 7. 2%, divididos igualmente entre os municípios. Esses critérios de participação vigoram no Estado de São Paulo. Cada Estado da Federação tem autonomia para defini-los conforme decisão de suas respectivas Assembleias Legislativas.

compensar o total de recursos do ICMS que retorna via UNESP (no caso de sua inexistência nessas cidades), os valores das quotas-partes do ICMS de Botucatu, Assis e Jaboticabal teriam que aumentar, respectivamente, 9,1 e 1,5 vezes. Essa compensação só poderia ocorrer por meio de um expressivo aumento do valor adicionado gerado nesses municípios, uma vez que a quota-parte transferida pelo governo estadual tem uma forte relação com a quantidade de riquezas produzidas localmente (ver nota 5 deste capítulo).

Destaca-se também nesse aspecto o Campus de Araraquara onde essa relação é de 67%. Considerando que o município possui uma estrutura produtiva bastante dinâmica e fortemente centrada na agroindústria, o fato de que os recursos da UNESP originários do ICMS representem quase 70% da arrecadação municipal desse imposto e o dobro do que retorna ao município via quota-parte, constituem indicadores muito significativos.

Esses números demonstram a importância da UNESP como vetor de recursos tributários que retornam para os municípios nos quais localizam-se suas unidades. No entanto, além dos recursos do ICMS, as unidades universitárias possuem outras fontes de financiamento de suas atividades provenientes de receitas próprias e de convênios.⁶ Somando-se essas receitas, os campus da UNESP pesquisados movimentaram em 1996, um total de R\$351.729.863,83 (Tabela 1). Na Tabela 4, esse montante foi comparado com algumas categorias da receita de cada um dos municípios. Observa-se que os recursos da universidade repre-

6 O montante das receitas de convênios indicado na Tabela 1 está expressivamente subestimado, uma vez que a grande maioria dos convênios são realizados diretamente com as agências financiadoras pelos professores, pelos grupos de pesquisa ou ainda via Fundações existentes em algumas unidades. Por esta razão, grande parte dos recursos financeiros que a universidade recebe por meio dos convênios, não é contabilizado pelas administrações da maioria dos campus. Este problema poderia ser solucionado por meio da criação de um sistema centralizado que reunisse as informações referentes aos convênios realizados, o que contribuiria para o aperfeiçoamento da gestão financeira da universidade.

sentaram 30,69% da receita total dos municípios; 124,04% de suas receitas tributárias próprias e, 234,90% das transferências constitucionais (receitas repassadas aos municípios pelos governos federal e estadual). Desses parâmetros comparativos, dois merecem destaque: no conjunto, as receitas dos campus da UNESP foram 25% maiores do que a arrecadação de impostos e taxas dos municípios (receita tributária própria) (coluna F) e superaram em quase uma vez e meia as receitas transferidas pelos governos da União e do Estado (transferências intergovernamentais) (coluna G).

Esses números relativos à UNESP ganham maior significado quando inseridos no contexto da economia dos municípios onde elas estão localizadas. Por serem cidades de médio e grande porte e com estruturas produtivas bastante dinâmicas, isso lhes permite que o montante da quota-parte do ICMS represente, em média, mais de 50% de sua receita total. Esse indicador demonstra a importância da UNESP na medida em que o valor dos recursos desse imposto que retorna por meio da universidade (R\$ 335 milhões) representa 78,5% do valor que retorna para os municípios via quota-parte (R\$ 427 milhões) (Tabela 3).

A Tabela 5 indica o valor adicionado gerado pelas 20 maiores empresas de cada um dos 14 municípios onde existem campus da UNESP. As empresas foram agregadas em 4 diferentes grandezas que representam sua posição, em ordem decrescente, na geração do valor adicionado. Sabendo-se que, em termos conceituais, o valor adicionado corresponde ao Produto Interno Bruto municipal, ou seja, à quantidade de riqueza gerada em um determinado período de tempo, em 1996, os recursos movimentados pela UNESP representaram, em média, 5,55% do valor adicionado das cinco maiores empresas do conjunto dos municípios (coluna F) e 3,84% do valor gerado pelas 20 maiores (coluna I). O que demonstra a relevância do fluxo de recursos que a UNESP movimentava.

Tabela 3 – Comparações entre o ICMS municipal e o ICMS da UNESP, 1996. Em R\$¹

Municípios	ICMS arrecadado (A)	Quota-parte do ICMS (B)	UNESP-ICMS (*) (C)	(D) = B/A	(E) = C/A	(F) = D + E
Araçatuba	44.261.816,91	20.863.352,14	14.012.132,98	47,14	31,66	78,79
Araraquara	68.847.144,55	23.271.817,08	46.192.970,16	33,80	67,09	100,90
Assis	5.401.881,32	6.869.124,58	13.687.948,70	127,16	253,39	380,55
Bauru	117.403.661,50	34.937.949,71	22.552.722,91	29,76	19,21	48,97
Botucatu	16.176.705,17	11.205.352,43	107.450.105,19	69,27	664,23	733,50
Franca	62.142.252,14	30.630.083,32	7.698.969,38	49,29	12,39	61,68
Guaratinguetá	51.819.065,10	13.578.075,36	11.041.177,85	26,20	21,31	47,51
Ilha Solteira	1.191.964,81	18.021.352,91	13.555.134,32	1511,90	1137,21	2649,11
Jaboticabal	10.277.686,48	10.951.095,70	27.704.942,83	106,55	269,56	376,12
Marília	49.424.003,57	16.285.791,39	11.222.298,00	32,95	22,71	55,66
Presidente Prudente	55.265.805,76	21.793.797,71	11.558.222,23	39,43	20,91	60,35
Rio Claro	91.103.586,31	22.189.796,91	23.873.942,33	24,36	26,21	50,56
São José do Rio Preto	126.701.672,85	33.767.558,00	16.471.293,13	26,65	13,00	39,65
São José dos Campos	648.386.215,27	162.637.981,86	8.331.673,47	25,08	1,28	26,37
Total	1.348.403.461,75	427.003.129,13	335.353.533,49	31,67	24,87	56,54

¹ Em R\$ de novembro de 1997 – Deflator: IGP-DI Centrado – Fonte: IESP – FUNDAP.

* Refere-se aos recursos da UNESP provenientes do ICMS.

Tabela 4 – UNESP – Relação entre o total dos recursos financeiros movimentados e algumas categorias da receita dos municípios, 1996. Em R\$¹

Municípios	Recursos UNESP (*) (A)	Receita total (B)	Receita tributária própria (C)	Transferência intergovernamentais (**) (D)	(%)		
					(E) = A/B	(F) = A/C	(G) = A/D
Araçatuba	15.151.038,30	75.830.198,21	25.501.412,84	11.908.169,30	19,98	59,41	127,23
Araraquara	49.994.902,88	69.752.252,30	22.693.492,93	12.452.075,80	71,67	220,31	401,50
Assis	14.495.441,85	32.452.196,65	7.055.267,93	5.938.982,95	44,67	205,46	244,07
Bauru	22.706.680,97	109.689.795,63	28.176.234,70	15.531.845,17	20,70	80,59	146,19
Botucatu	110.632.930,42	37.309.382,07	11.877.436,29	6.567.160,37	296,53	931,45	1684,64
Franca	7.698.255,10	114.929.923,25	12.142.690,69	13.063.237,74	6,93	65,62	61,00
Guaratinguetá	11.581.153,68	36.926.138,13	7.800.996,50	6.424.933,48	31,36	148,46	180,25
Ilha Solteira	16.401.416,11	24.565.292,34	808.529,05	2.314.153,11	66,77	2028,55	708,74
Jaboticabal	29.029.513,80	27.885.711,13	6.459.984,47	5.193.091,48	104,10	449,37	559,00
Marília	11.427.505,76	49.681.708,53	11.754.047,45	11.286.447,82	23,00	97,22	96,63
Presidente Prudente	11.773.002,43	60.497.004,18	18.533.186,85	12.549.230,45	19,46	63,52	93,81
Rio Claro	24.938.159,31	68.180.900,33	32.091.123,72	10.745.295,69	36,58	77,71	232,08
São José do Rio Preto	16.955.968,00	125.316.603,31	40.001.305,69	17.753.890,79	13,53	42,39	95,51
São José dos Campos	8.673.895,21	313.172.254,84	58.676.709,27	17.466.032,57	2,77	14,78	49,56
Total	351.729.863,83	1.146.189.360,91	283.572.418,37	149.734.546,73	30,69	124,04	234,90

¹ Em R\$ de novembro de 1997 – Deflator: IGP-DI Centrado – Fonte: IESP – FUNDAP.

* Total de recursos financeiros (recursos do ICMS + receitas próprias + receitas de convênios).

** Fundo de Participação dos Municípios (FPM) + IPVA.

Tabela 5 – Relação entre o total de recursos movimentados pela UNESP e o valor adicionado das vinte maiores empresas dos municípios, 1996. Em R\$¹

Municípios	Recursos	Valor adicionado					%				
	UNESP (A)	5 maiores (B)	10 maiores (C)	15 maiores (D)	20 maiores (E)	(F)=A/B	(G)=A/C	(H)=A/D	(I)=A/E		
Araçatuba	15.151.038,30	112.819.126,00	161.870.919,91	191.301.996,25	215.827.893,21	13,43	9,36	7,92	7,02		
Araraquara	49.994.902,88	380.374.645,36	539.372.666,52	636.089.436,47	681.364.295,58	13,14	9,27	7,86	7,34		
Assis	14.495.441,85	39.510.093,00	67.786.924,27	71.014.873,04	76.566.944,93	36,69	21,38	20,41	18,93		
Bauri	22.706.680,97	198.653.254,89	322.091.271,73	389.173.175,00	433.964.738,21	11,43	7,05	5,83	5,23		
Botucatu	110.632.930,42	205.482.055,49	231.743.675,91	245.882.948,29	254.256.948,07	53,84	47,74	44,99	43,51		
Guaratinguetá	7.968.255,10	115.235.710,89	173.915.192,70	213.210.184,61	242.634.943,32	6,91	4,58	3,74	3,28		
Franca	11.581.153,68	160.635.884,70	182.135.610,49	196.521.490,88	205.895.770,27	7,21	6,36	5,89	5,62		
Ilha Solteira	16.401.416,11	310.047.108,50	377.223.982,00	392.726.337,43	413.396.144,66	5,29	4,35	4,18	3,97		
Jaboticabal	29.029.513,80	127.274.837,53	166.349.182,77	186.464.669,11	201.877.344,27	22,81	17,45	15,57	14,38		
Marília	11.427.505,76	186.933.020,62	320.308.469,18	336.106.139,48	361.359.520,67	6,11	3,57	3,40	3,16		
Presidente Prudente	11.773.002,43	150.249.834,83	213.599.047,82	255.486.343,52	282.152.962,32	7,84	5,51	4,61	4,17		
Rio Claro	24.938.159,31	383.183.424,38	455.623.292,67	503.619.286,41	536.291.297,64	6,51	5,47	4,95	4,65		
São José do Rio Preto	16.955.968,00	200.576.277,66	279.369.887,73	331.056.370,51	373.915.352,48	8,45	6,07	5,12	4,53		
São José dos Campos	8.673.895,21	3.762.554.564,40	5.528.354.167,12	4.743.642.950,45	4.877.155.838,28	0,23	0,19	0,18	0,18		
Total	351.729.863,83	6.333.529.838,24	8.019.744.290,82	8.692.296.201,44	9.156.659.993,92	5,55	4,39	4,05	3,84		

¹ Em R\$ de novembro de 1997 – Deflator: IGP-DI Centrado – Fonte: IESP – FUNDAP.

A relação entre os recursos da UNESP e o valor adicionado gerado pelas maiores empresas, quando tomada em termos médios para o conjunto dos 14 municípios, resulta em valores percentuais não muito significativos desde que em alguns desses municípios, o valor adicionado gerado é muito superior ao dos demais. São José dos Campos, por exemplo, gerou, em 1996, um montante de valor adicionado superior a seis vezes ao gerado em São José do Rio Preto e 47 vezes maior do que o de Assis. Portanto, essa relação, embora seja pouco significativa em termos médios, assume proporções consideráveis para a maior parte dos municípios estudados, quando tomados isoladamente (ver Tabela 5). Em Assis, Botucatu e Jaboatão, o montante dos recursos movimentados pelos campus da UNESP representaram, respectivamente, 36,7%, 53,8% e 22,8% do valor adicionado gerado pelas cinco maiores empresas desses municípios. Essa relação também é expressiva em Araçatuba, Araraquara e Bauru considerando que, em 1996, as atividades econômicas dessas cidades geraram um montante de valor adicionado de R\$ 490 milhões na primeira e de R\$ 990 milhões nas duas últimas.⁷

Admitindo-se que em 1996 as cinco maiores empresas dos 13 municípios⁸ tenham gerado um valor adicionado médio igual a R\$ 197 milhões⁹ e, sabendo-se que, no mesmo ano, o montante médio de recursos da UNESP totalizou R\$ 26 milhões, isto significa que, em valores monetários, a existência da UNESP injetou um total de recursos equivalente a 13,2% da geração de riqueza dessas empresas.

7 Em R\$ de 1997.

8 Para efeito desta comparação excluímos São José dos Campos, uma vez que o elevado montante de valor adicionado gerado no município, relativamente aos demais, provoca distorções expressivas no cálculo da média. Para efeito de manutenção da equivalência comparativa também não foi considerado o montante de recursos movimentados pela unidade universitária da UNESP existente na cidade.

9 Este número foi obtido somando o valor adicionado gerado pelas cinco maiores empresas de cada um dos 13 municípios e dividindo o total pelo número de municípios.

É necessário agregar ainda os gastos efetuados pelos alunos. Em cada um dos campus foi realizada uma pesquisa para dimensionar os gastos dos alunos dos cursos de graduação.¹⁰ As Tabelas 6, 7, 8 e 9 apresentam os seus principais resultados. Na Tabela 6, o gasto mensal (coluna C) foi calculado com base no gasto médio *per capita* (coluna A) multiplicado pelo número de alunos (coluna B). O gasto anual (coluna D) foi calculado a partir das informações referentes à distribuição dos gastos, da seguinte forma: as despesas com aluguel, manutenção da casa e cursos foram multiplicadas por 12 meses, pois elas ocorrem também durante o período das férias; já os gastos relativos a alimentação, transportes, material didático, lazer e outros foram multiplicados por 10 meses, uma vez que eles se realizam somente durante o período letivo.

Evidentemente que o montante mensal e anual dos gastos dos alunos em cada campus diferencia-se em função do número de alunos. O montante total desses gastos, ou seja, R\$ 73 milhões repre-

10 Por meio da aplicação de questionário procurou-se mensurar o gasto médio mensal *per capita*. Foram consideradas como principais despesas: aluguel, alimentação, transportes, material didático, vestuário, lazer, cursos (língua c/ou informática). Ainda com relação à pesquisa realizada com os alunos c necessário esclarecer três aspectos: 1. os dados obtidos referem-se ao ano de 1997; 2. foram entrevistados em cada campus 20% dos alunos de graduação com um corte específico: aqueles cujas famílias não residiam nas cidades; e 3. para efeito da projeção do gasto total dos estudantes da UNESP em cada um dos municípios considerou-se o número total de alunos (inclusive aqueles cujas famílias residem na cidade). Este procedimento justifica-se pelo fato de que na inexistência das unidades da UNESP nessas cidades, os alunos que são originários teriam que se deslocar para outros municípios para estudar. Dessa forma, realizariam despesas em outras localidades. Em outras palavras, os alunos cujas famílias residem nos municípios onde estudam também realizam gastos e, portanto, devem ser considerados para efeito dos objetivos da pesquisa. Os alunos dos cursos de pós-graduação, embora expressivos em sua quantidade, não foram entrevistados dada a grande diversidade de situações em termos de local de residência, número de disciplinas nas quais estão matriculados e, por consequência, tempo de permanência nas cidades para integralização dos créditos. Como a grande maioria desses alunos não residem nas cidades onde realizam seus cursos, é viável supor que o montante de suas despesas é pouco significativo. Além disso, a não-coincidência entre os locais de residência e de realização dos cursos constitui um obstáculo para a realização das entrevistas com os pós-graduandos. O modelo do questionário aplicado encontra-se nos Anexos.

sentou 81,79% e 120,69% do valor das receitas municipais referentes, respectivamente, ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e ao IPVA (Tabela 7). Em oito das 14 cidades, os gastos anuais dos alunos superaram o montante arrecadado com o IPVA. E, em cinco delas, isto ocorreu em relação ao FPM."

Dado que, em 1996, a folha líquida de salários do conjunto dos campus pesquisados foi de R\$ 216,5 milhões (a preços de 1997), isto significa que o montante dos gastos dos alunos (R\$ 73 milhões) representou 33,7% daquele total. A relevância deste montante fica também evidenciada quando se constata que ele corresponde ao somatório da folha líquida de salários dos professores e funcionários dos Campus de Araraquara, Bauru, São José do Rio Preto, Presidente Prudente e Marília.

Admitindo-se que os servidores da UNESP transformam integralmente seus salários em gastos de consumo e somando-se a folha líquida de salários de todos os campus com os gastos dos alunos (R\$ 216,5 milhões + R\$ 73 milhões) temos um montante de R\$ 289,5 milhões que representa os gastos de consumo dos professores, funcionários e alunos da UNESP. Estimando-se que, em média, 40% das receitas desses municípios são gastos com o pagamento da folha líquida de salários dos seus funcionários - aproximadamente RS 458 milhões que são transformados em despesas de consumo - pode-se inferir que a soma dos gastos dos servidores e dos alunos da UNESP representa 63 % dos gastos de consumo de todos os funcionários das prefeituras das cidades onde os campus da UNESP estão localizados.

A Tabela 8 mostra que, percentualmente, na média dos campus, os gastos mais significativos dos alunos ocorrem com aluguel (27,37%) e com alimentação (21,82%). Merecem destaque as despesas com aluguel, uma vez que o gasto anual com este item - R\$ 16,5 milhões no conjunto das cidades (Tabela 9 - coluna F) - movimentou o mercado imobiliário por meio do alu-

11 No primeiro caso estas cidades são: Araraquara, Assis, Bauru, Botucatu, Guaratinguetá, Ilha Solteira, Jaboticabal e Rio Claro. No segundo: Araraquara, Bauru, Botucatu, Ilha Solteira e Jaboticabal.

guel de casas para a constituição de "repúblicas". Os dados obtidos a partir dos questionários respondidos pelos alunos permitem estimar que nos 14 municípios, 3.363 casas são alugadas para os estudantes da UNESP¹² (Tabela 9).

Na tentativa de trabalhar com dados mais próximos do real, estimou-se que os recursos financeiros movimentados nos campus da UNESP não são gastos integralmente nos respectivos municípios. Isso porque algumas empresas fornecedoras de produtos e de serviços estão localizadas em outras cidades. Da mesma forma, é razoável também admitir que os servidores da UNESP, especialmente os docentes, não gastam a totalidade de seus salários na cidade.¹³ Considerando essas estimativas, é possível afirmar que dos R\$ 351,7 milhões de recursos financeiros que os campus da UNESP movimentaram em 1996, R\$ 281,3 milhões foram efetivamente gastos nos 14 municípios nos quais eles estão localizados (Tabela 10). Somando-se esse valor com os gastos dos alunos, as unidades da UNESP foram responsáveis pela circulação de R\$ 354,3 milhões pelos setores da economia destes municípios (coluna D). Valor que representou 26,28% do ICMS arrecadado (coluna G) e 30,92% da receita total dos municípios (coluna H). Se isolarmos o município de São José dos Campos, pelas razões já apontadas, estas participações relativas alcançam, respectivamente, 49,47% e 41,57%.

12 A média do gasto com aluguel indicada na Tabela 9 (coluna D) foi afetada pelos resultados do Campus de Ilha Solteira que, do ponto de vista do valor do aluguel pago pelos alunos, apresenta uma situação excepcional relativamente aos demais campus. Isto porque, a grande maioria dos alunos reside em casas que foram doadas pela Cesp à UNESP e, por esta razão, o valor do aluguel cobrado é irrisório quando comparado aos aluguéis cobrados em outras cidades, cujos imóveis são de propriedade privada. Isolando Ilha Solteira do cálculo, o valor médio do gasto com aluguel sofre um acréscimo de 5%.

13 Pesquisa recentemente desenvolvida no Campus de Araraquara constatou que o coeficiente de gasto salarial dos docentes no município é de 78%. Para os funcionários esse coeficiente é próximo de 100%. FREITAS JÚNIOR, P. F. *A inserção socioeconômica da UNESP no município de Araraquara: o coeficiente de gastos salariais da comunidade universitária*. Araraquara, 1997. (Monografia de conclusão do curso de Ciências Econômicas. Faculdade de Ciências e Letras).

Tabela 6 – UNESP – Distribuição dos gastos dos alunos, 1997

Campus	Aluguel		Manutenção		Alimentação		Transportes		Cursos		Mat. didático		Lazer		Outros		Total R\$ - (A)	Nº alunos da graduação (B)	Gasto mensal R\$ - (C) = A x B		Gasto anual (*) R\$ - (D)
	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$ - (C)					
Araçatuba	127,95	62,92	96,39	42,82	13,25	46,07	44,18	47,02	480,60	481	231.168,60	2.508.033,18									
Araçatuba	93,76	30,22	71,83	47,58	18,22	26,08	32,06	18,27	338,01	2758	932.242,31	10.106.734,78									
Assis	86,63	18,32	64,57	25,63	4,63	17,41	23,26	46,64	287,10	1281	367.774,04	3.958.480,56									
Bauru	127,82	42,10	91,90	63,42	17,97	27,97	38,54	21,30	431,03	3182	1.371.535,01	14.911.126,14									
Botucatu	168,13	52,99	97,48	61,23	20,82	19,56	47,37	35,16	502,74	1773	891.352,77	9.771.410,13									
Franca	80,97	27,94	77,09	30,20	12,19	32,55	27,31	22,08	310,31	1052	326.440,86	3.519.171,44									
Guaratinguetá	78,24	46,24	62,65	64,42	26,13	14,39	48,30	21,10	361,47	938	339.059,99	3.673.129,42									
Ilha Solteira	30,04	35,71	96,84	29,35	14,49	17,26	37,74	30,33	291,77	814	237.498,38	2.505.621,50									
Jaboticabal	121,00	63,99	80,47	50,86	15,54	17,87	51,34	32,80	434,43	910	395.332,00	4.313.112,14									
Marília	60,51	15,89	54,01	37,44	5,45	21,55	16,38	18,54	230,08	1062	244.347,29	2.617.330,52									
Presidente Prudente	43,80	18,82	57,58	41,42	9,82	18,59	16,90	22,99	229,92	1753	403.043,46	4.284.386,27									
Rio Claro	96,95	21,94	70,58	56,29	12,87	16,43	27,24	19,15	321,44	1532	492.446,74	5.328.174,32									
São José dos Campos	158,52	37,95	120,48	69,17	12,00	14,52	56,40	28,81	497,86	209	104.052,14	1.127.664,48									
São João do Rio Preto	80,58	25,02	66,60	45,82	17,47	14,39	28,77	21,82	300,48	1346	404.443,95	4.375.749,17									
Média geral	96,20	34,07	76,67	48,67	15,06	22,09	33,38	25,29	351,43	-	-	-									
Total	-	-	-	-	-	-	-	-	-	19,091	6.740.737,54	73.000.124,06									

* Os gastos mensais com aluguel, manutenção da casa e cursos de língua e/ou informática foram multiplicados por 12 meses, enquanto os demais gastos (alimentação, transportes, lazer etc.), foram multiplicados por 10 meses.

Tabela 7 – Comparação entre os gastos dos alunos da UNESP e algumas categorias da receita municipal. Em R\$¹

Municípios	Gasto anual dos alunos (A)	Fundo de participação dos municípios (B)	IPVA (C)	D = A/B	% (E) = A/C
Araçatuba	2.508.033,18	7.870.539,12	4.037.630,17	31,87	62,12
Araraquara	10.106.734,78	7.870.539,12	4.581.536,67	128,41	220,60
Assis	3.958.480,56	4.222.051,81	1.716.931,15	93,76	230,56
Bauru	14.911.126,14	7.883.102,29	7.648.742,88	189,15	194,95
Botucatu	9.771.410,13	4.486.636,90	2.080.523,47	217,79	469,66
Franca	3.519.171,44	8.108.531,52	4.954.706,22	43,40	71,03
Guaratinguetá	3.673.129,42	4.824.917,74	1.600.015,74	76,13	229,57
Ilha Solteira	2.505.621,50	1.853.232,98	460.920,13	135,20	543,61
Jaboticabal	4.313.112,14	3.618.688,28	1.574.403,21	119,19	273,95
Marília	2.617.330,52	7.890.539,12	3.955.908,70	33,25	66,16
Presidente Prudente	4.284.386,27	7.890.539,12	4.678.691,33	54,44	91,57
Rio Claro	5.328.174,32	7.062.038,18	3.683.257,51	75,45	144,66
São José do Rio Preto	4.375.749,17	7.870.539,12	9.883.351,67	55,60	44,27
São José dos Campos	1.127.664,48	7.838.152,21	9.627.880,36	14,39	11,71
Total	73.000.124,06	89.250.047,52	60.484.499,21	81,79	120,69

¹ Em R\$ de novembro de 1997 – Deflator: IGP-DI – Centrado – Fonte: IESP – FUNDAP.

Tabela 8 – UNESP – Distribuição dos gastos dos alunos, 1997. Em %

Campus	Aluguel	Manutenção	Alimentação	Transportes	Cursos	Mat. didático	Lazer	Outros	Total
Araçatuba	26,62	13,09	20,06	8,91	2,76	9,59	9,19	9,78	100,00
Araquara	27,74	8,94	21,25	14,08	5,39	7,72	9,48	5,41	100,00
Assis	30,17	6,38	22,49	8,93	1,61	6,07	8,10	16,25	100,00
Bauri	29,65	9,77	21,32	14,71	4,17	6,49	8,94	4,94	100,00
Boncatu	33,44	10,54	19,39	12,18	4,14	3,89	9,42	6,99	100,00
Franca	26,09	9,00	24,84	9,73	3,93	10,49	8,80	7,12	100,00
Guaratinguá	21,64	12,79	17,33	17,82	7,23	3,98	13,36	5,84	100,00
Ilha Solteira	10,30	12,24	33,19	10,06	4,97	5,92	12,94	10,40	100,00
Jaboticabal	27,85	14,73	18,52	11,71	3,58	4,11	11,82	7,55	100,00
Marília	26,30	6,91	23,47	16,27	2,37	9,37	7,25	8,06	100,00
Presidente Prudente	19,05	8,19	25,04	18,02	4,27	8,08	7,35	10,00	100,00
Rio Claro	30,16	6,83	21,96	17,51	4,00	5,11	8,47	5,96	100,00
São José do Rio Preto	26,82	8,33	22,17	15,25	5,81	4,79	9,58	7,26	100,00
São José dos Campos	31,84	7,62	24,20	13,89	2,41	2,92	11,33	5,79	100,00
Média Geral	27,37	9,70	21,82	13,85	4,29	6,29	9,50	7,20	100,00

Tabela 9 – UNESP – Impactos dos gastos dos alunos de graduação no mercado imobiliário, 1997

Campus	% dos alunos que pagam aluguel (A)	Total de alunos da graduação (B)	Total de alunos que pagam aluguel (C) = A x B	Média do gasto com aluguel por aluno – R\$ (D)	Gasto total mensal – R\$ (E) = C x D	Gasto total anual – R\$ (F) = E x 12	Média de alunos por casa (G)	Quantidade de casas alugadas (H) = C/G	Custo médio por casa – R\$ (I) = E/H
Araçatuba	81,44	481	392	127,95	50.155,79	601.869,53	4,07	96	520,18
Araçatuba	68,65	2.758	1.893	93,76	177.480,02	2.129.760,21	4,73	400	443,84
Assis	68,60	1.281	879	86,63	76.146,10	913.753,19	3,82	230	330,69
Bauru	81,85	3.182	2.604	127,82	332.847,29	3.994.167,43	4,15	627	530,55
Botucatu	88,89	1.773	1.576	168,13	264.966,46	3.179.597,51	3,44	458	578,32
Franca	72,00	1.052	757	80,97	61.290,51	735.486,06	4,19	181	339,28
Guaratinguetá	69,11	938	648	78,24	50.696,67	608.360,04	4,00	162	312,94
Ilha Solteira	90,34	814	735	30,04	22.079,23	264.950,80	2,96	248	88,96
Jaboticabal	91,33	910	831	121,00	100.551,00	1.206.612,00	4,26	195	516,03
Marília	35,16	1.062	373	60,51	22.270,76	270.849,10	3,42	109	206,75
Presidente Prudente	28,17	1.753	494	43,80	21.635,06	259.620,71	3,56	139	155,97
Rio Claro	74,37	1.532	1.139	96,95	110.429,55	1.325.154,54	4,10	278	397,12
São José do Rio Preto	57,19	1.346	770	80,58	62.048,71	744.584,46	3,95	195	318,23
São José dos Campos	80,95	209	169	158,52	26.790,52	321.486,29	3,85	44	609,71
Total	—	19.091	13.260	1.379.687,66	16.556.251,86	—	—	3.363	—
Média	70,57	—	—	96,20	—	—	3,89	—	382,04

Tabela 10 – UNESP – Estimativa dos Recursos Financeiros Injetados. Relações com a Arrecadação Municipal, 1996. Em R\$¹

Campus	Recursos da UNESP	80% de (A)	Gasto anual dos alunos	Recursos injetados (B+C)	ICMS arrecadados	Receita municipal	(%)
	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)	(F)	(G)=D/E (H)=D/F
Aracatuba	15.151.038,30	12.120.830,64	2.508.033,18	14.628.863,82	44.261.816,91	75.830.198,21	33,05
Araraquara	49.994.902,88	39.995.922,30	10.106.734,78	50.102.657,08	68.847.144,55	69.752.252,30	72,77
Assis	14.495.441,85	11.596.353,48	3.958.480,56	15.554.834,04	5.401.881,32	32.452.196,65	287,95
Bauru	22.706.680,97	18.165.344,78	14.911.126,14	33.076.470,92	117.403.661,50	109.689.795,63	28,17
Botucatu	110.632.930,42	88.506.344,34	9.771.410,13	98.277.754,47	16.176.705,17	37.309.382,07	607,53
Franca	7.968.255,10	6.374.604,08	3.519.171,44	9.893.775,52	62.142.252,14	114.929.923,25	15,92
Guaratinguetá	11.581.153,68	9.264.922,94	3.673.129,42	12.938.052,37	51.819.065,10	36.926.138,13	24,97
Ilha Solteira	16.401.416,11	13.121.132,89	2.505.621,50	15.626.754,39	1.191.964,81	24.565.292,34	1311,01
Jaboticabal	29.029.513,80	23.223.611,04	4.313.112,14	27.536.723,18	10.277.686,48	27.885.711,13	267,93
Marília	11.427.505,76	9.142.004,61	2.617.330,52	11.759.335,13	49.424.003,57	49.681.708,53	23,79
Presidente Prudente	11.773.002,43	9.418.401,94	4.284.386,27	13.702.788,22	55.265.805,76	60.497.004,18	24,79
Rio Claro	24.938.159,31	19.950.527,45	5.328.174,32	25.278.701,78	91.103.586,31	68.180.900,33	27,75
São José do Rio Preto	16.955.968,00	13.564.774,40	4.375.749,17	17.940.523,57	126.701.672,85	125.316.603,31	14,16
São José dos Campos	8.673.895,21	6.939.116,17	1.127.664,48	8.066.780,64	648.386.215,27	313.172.254,84	1,24
Total	351.729.863,83	281.383.891,07	73.000.124,06	354.384.015,12	1.348.403.461,75	1.146.189.360,91	26,28

¹ Em R\$ de novembro de 1997 – Deflator: IGP-DI Centrado – Fonte: IESP – FUNDAP.

Os números acima apresentados demonstram a relevância da UNESP do ponto de vista de seu impacto sobre as economias dos municípios, por meio da movimentação de um volume considerável de recursos financeiros que contribuem para dinamizá-las e representam uma parte do muito que ainda há para ser investigado sobre o seu significado como fonte de dinamismo econômico tanto local quanto regional.

2 Metodologia

2.1 Introdução

A inexistência de um modelo metodológico conhecido para a avaliação dos impactos econômicos e financeiros das universidades para as cidades onde elas estão localizadas, tornou necessária a criação de uma metodologia que foi sendo construída no decorrer do estudo realizado no Campus de Araraquara. Posteriormente, ela foi sendo aprimorada quando a pesquisa foi estendida para os demais campus da UNESP. Nesse sentido, a metodologia apresentada a seguir, dada a ausência de parâmetros, buscou a realização de procedimentos que viabilizassem os objetivos previamente definidos, ou seja, dimensionar o montante de recursos financeiros movimentados pelo campus da UNESP e avaliar os principais efeitos da circulação desses recursos para as economias dos municípios.

Muito provavelmente a metodologia utilizada tenha deixado de contemplar outros aspectos que este tipo de estudo permite, uma vez que a escolha dos indicadores trabalhados depende das características de cada campus e das peculiaridades da estrutura produtiva de cada cidade.

2.2 Indicadores, conceituação e fontes

2.2.1 Indicadores financeiros

No Quadro 1 estão relacionados os indicadores referentes aos recursos financeiros movimentados pelas unidades dos

campus da UNESP, da perspectiva de sua origem (receita) e de seu destino (despesa).

Quadro 1 - Recursos financeiros da UNESP

1 Recursos provenientes do ICMS
1.1 Despesa de pessoal
1.2 Despesa com vales refeição e transporte
1.3 Despesa com bolsas e auxílios
1.4 Outras despesas de custeio
1.5 Investimentos
Subtotal (1)
2 Recursos não provenientes do ICMS (receitas próprias e receitas de convênios)
2.1 Despesas de custeio
2.2 Investimento
Subtotal (2)
Total (1)+(2)

2.2.2 Conceituação dos itens do Quadro 1

Despesas realizadas com recursos do ICMS

Despesa de pessoal: refere-se à parte líquida da folha de pagamento das unidades, inclusive o pagamento de plantões.

Despesa com vales refeição e transporte: quantidade de benefícios x valor de face dos vales x quantidade de vales.

Despesa com bolsas e auxílios: refere-se ao montante de recursos repassados pela reitoria para o pagamento das bolsas do Programa de Auxílio aos Estudantes (PAE) e demais auxílios concedidos pelas unidades com recursos próprios.

Outras despesas de custeio: são os gastos de manutenção da unidade: limpeza, manutenção de equipamentos, material de escritório, despesas com energia elétrica, telefone, água etc.

Investimentos: dispêndios com obras, material permanente, livros, reformas etc.

Despesas realizadas com recursos obtidos por meio das receitas próprias e das receitas de convênios: As receitas próprias são os recursos obtidos pelas unidades com os serviços de xerox, análises químicas, bioquímicas, encadernações, taxas de serviços etc. As receitas de convênios constituem os recursos obtidos pelos professores individualmente, pelos grupos de pesquisas, fundações, por meio dos convênios realizados com instituições nacionais e internacionais.

Despesas de custeio: realizadas com as receitas próprias e com os recursos de convênios.

Investimentos: realizados com as receitas próprias e com os recursos de convênios.

2.2.3 Fontes de obtenção dos dados

As informações relativas ao item 1 do Quadro 1 foram obtidas na Assessoria de Planejamento e Orçamento da Reitoria. Os dados do item 2, nas divisões de contabilidade e/ou de finanças das unidades (faculdades ou institutos).

2.3 Parâmetros comparativos, conceituação e fontes

2.3.1 Tributos municipais

Dimensionados os valores dos recursos movimentados pelas faculdades ou institutos de cada um dos campus da UNESP, foram utilizados parâmetros comparativos que permitissem afe-

rir o seu significado e o seu impacto para a economia das cidades. Um dos principais parâmetros utilizados foi a arrecadação tributária dos municípios. Essa comparação justifica-se na medida em que a maior parte dos recursos da UNESP e, por consequência, de suas unidades, provêm da arrecadação de um imposto, ou seja, o ICMS. Os itens da arrecadação municipal mais significativos para a realização da análise comparativa, estão indicados no Quadro 2.

Quadro 2 - Parâmetros comparativos - arrecadação de tributos nos municípios

1 Receita Total
2 Receita Tributária Própria
3 Quota-parte do ICMS
4 Outras transferências intergovernamentais
5 ICMS arrecadado em cada município

2.3.2 Conceituação dos itens do Quadro 2

Receita total: Receitas Correntes + Receitas de Capital

Receita tributária própria: Impostos + Taxas

Quota-parte do ICMS: são as receitas referentes à participação dos municípios na arrecadação do ICMS do Estado. Embora seja uma receita transferida pelo governo estadual e, portanto, classificada no balanço municipal como transferência intergovernamental, esta categoria foi separada das demais transferências, uma vez que ela se constitui um importante parâmetro comparativo com os recursos orçamentários da UNESP que são provenientes da arrecadação do ICMS.

Outras transferências intergovernamentais: receitas recebidas pelos municípios por meio do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e do Imposto sobre a Propriedade de Veículos

Automotores (IPVA). Excetuando a quota-parte do ICMS, que foi trabalhada como categoria isolada, o FPM e o IPVA representam a quase totalidade das demais transferências recebidas pelos municípios.

ICMS arrecadado: refere-se ao montante desse imposto recolhido pelas empresas de cada município aos cofres do governo.

2.3.3 Fontes de obtenção dos dados

Os itens de 1 a 4 do Quadro 2 são informações obtidas na Execução Orçamentária constante dos balanços das prefeituras municipais. O dado do item 5, pode ser obtido na Secretaria da Receita Estadual - escritório local ou regional.

2.4 Análise comparativa

As informações constantes dos Quadros 1 e 2 permitem realizar relações com o objetivo de avaliar o impacto e o significado dos recursos movimentados pela UNESP, como por exemplo:

1 *Relação percentual entre o ICMS da UNESP e o ICMS arrecadado nos municípios.* Permite avaliar qual o percentual do ICMS recolhido que volta para as cidades via UNESP, mostrando a importância da universidade como vetor de recursos tributários que retornam para os municípios.

2 *Relação percentual entre o ICMS-UNESP e a quota-parte do ICMS municipal.* Do total do ICMS arrecadado no Estado, 25% são distribuídos aos municípios. A quota-parte do ICMS representa a parcela que cabe a cada município. Portanto, da mesma forma que o indicador mencionado no item 1 (ICMS arrecadado), a quota-parte do ICMS recebida pelo município é um parâmetro comparativo importante.

3 *Relação entre o total de recursos movimentados pelos campus e a receita total dos municípios.* Dado que os gastos tan-

to da UNESP quanto dos municípios têm sua contrapartida nas receitas, essa relação permite dimensionar, em termos comparativos, a representatividade da execução orçamentária dos campus da UNESP ante a dos municípios.

4 Relação entre os recursos da UNESP, a receita tributária e as transferências intergovernamentais. Aplica-se para esta relação o mesmo raciocínio desenvolvido no item 3. Ela também se justifica quando se constata que, em muitos casos, o valor das receitas das unidades da UNESP é maior do que a arrecadação municipal de impostos e taxas e do que as receitas obtidas pelo município por meio do FPM + IPVA.

2.5 Outros parâmetros comparativos

Além dos parâmetros acima mencionados, pode-se recorrer a outros indicadores que possibilitam uma comparação com o valor dos recursos monetários movimentados pela UNESP. Exemplos:

- valor adicionado do município que, conceitualmente, representa o Produto Interno Bruto (PIB) municipal. É a quantidade de riqueza gerada no município, em um determinado período de tempo;
- faturamento ou investimento de empresas locais.

Existem diversos parâmetros que podem ser utilizados para avaliar e dimensionar o significado econômico-financeiro da UNESP para os municípios onde ela está presente. Sua escolha depende das especificidades da estrutura produtiva de cada cidade.

2.6 Os gastos dos alunos

A pesquisa para o dimensionamento dos gastos dos alunos foi desenvolvida por meio da aplicação de um questionário com

o objetivo de mensurar o gasto médio mensal *per capita*. Para tanto, foram considerados como principais despesas: aluguel, alimentação, material didático, lazer, vestuário, transportes, cursos de línguas e/ou de informática.

Nos 14 campus da UNESP, foram entrevistados 20% do total dos alunos de graduação, com uma distribuição proporcional ao número de alunos por curso. Os entrevistados foram sorteados utilizando-se um programa especialmente montado para tal fim, sendo incluídos na amostra somente os alunos cujas famílias não residem nas cidades onde eles estudam. A técnica utilizada foi a da entrevista direta.

2.7 Recursos movimentados nos municípios

Os valores obtidos referentes ao gasto médio mensal ou anual dos alunos somados ao montante dos recursos movimentados pelos campus, possibilitou dimensionar quanto a UNESP e seus alunos gastam nas cidades durante um determinado período de tempo.

Admitiu-se que os recursos da UNESP não são gastos integralmente nos municípios, uma vez que algumas empresas fornecedoras de serviços ou de produtos estão localizadas em outras cidades. Além disso, com base em uma pesquisa realizada no Campus de Araraquara admitiu-se também que os professores gastam pelo menos 20% de seus salários em outras localidades. Considerando esses fatores, estimou-se que 80% do total dos recursos que a UNESP movimentou no período estudado foram efetivamente gastos nos municípios.

3 Anexos

3.1 Tabelas

Tabela 1a – UNESP – Demonstrativo dos recursos financeiros*, 1996. Em R\$¹

Campus	Aracatuba	Araraquara	Assis	Bauru	Botucatu	Franca	Guaratinguetá
Transferência da Reitoria	14.012.132,98	46.192.970,16	13.687.948,70	22.552.722,91	107.450.105,19	7.698.969,38	11.041.177,85
Pessoal	12.287.133,37	39.046.160,64	11.892.737,68	19.718.906,80	80.011.801,35	6.941.874,06	10.019.753,55
Custeio (outros)	1.502.039,07	4.817.634,68	1.160.254,15	2.101.639,57	20.394.578,79	700.828,59	957.684,02 ¹
Investimento	222.960,54	2.329.174,85	634.958,87	732.176,54	7.043.725,06	56.266,73	63.740,28
Receitas próprias	392.881,55	2.264.412,84	339.049,35	153.958,06	1.209.274,86	118.404,90	359.224,45
Despesa custeio	361.079,45	1.184.946,01	246.661,01	113.268,44	853.322,36	112.796,36	141.858,89
Investimento	31.802,11	1.079.466,83	92.388,34	40.689,61	355.952,50	5.608,54	217.365,56
Receitas convênios	746.023,77	1.637.519,88	468.443,81	–	1.973.550,37	160.880,82	180.751,38
Despesas custeio	325.821,83	926.638,86	111.204,04	–	1.243.547,39	32.075,16	95.984,02
Investimento	420.201,91	610.881,02	357.239,77	–	730.002,98	118.805,66	84.767,35
Total	15.151.038,30	49.994.902,88	14.495.441,85	22.706.680,97	110.632.930,42	7.968.255,10	11.581.153,68

* Excto Reitoria e Instituto de Artes Planalto.

¹ Em R\$ de novembro de 1997 – Deflator: IGP-DI Centrado – Fonte: IESP – FUNDAP.

Tabela 1b – UNESP – Demonstrativo dos recursos financeiros*, 1996. Em R\$¹

Campus	Ilha Solteira	Jaboticabal	Marília	Pres. Prudente	Rio Claro	S. J. do Rio Preto	S. J. dos Campos	Total
Transferência da Reitoria	13.555.134,32	27.704.942,83	11.222.298,00	11.558.222,23	23.873.942,33	16.471.293,13	8.331.673,47	335.353.533,49
Pessoal	10.947.314,95	23.964.837,77	9.985.738,31	10.195.507,89	20.391.478,64	14.071.241,37	7.170.829,83	276.645.316,20
Custeio (outros)	1.677.797,88	3.142.141,61	892.733,34	1.276.298,78	1.944.077,32	1.113.332,71	951.566,06	42.632.606,59
Investimento	930.021,48	597.963,45	343.826,34	86.415,56	1.538.386,38	1.286.719,05	209.277,58	16.075.610,70
Receitas próprias	1.263.550,69	1.168.957,92	155.003,90	143.392,96	775.233,88	168.285,38	342.221,74	8.853.862,47
Despesa custeio	1.144.285,87	735.226,75	139.097,06	82.770,45	468.275,70	123.324,75	91.762,93	5.798.676,03
Investimento	119.264,82	433.731,17	15.906,83	60.622,51	306.958,18	44.960,63	250.458,81	3.055.176,43
Receitas convênios	1.582.731,10	155.613,05	50.203,86	71.387,24	288.983,10	316.389,49	–	7.522.477,88
Despesas custeio	267.936,99	113.478,05	38.434,46	53.858,77	217.701,49	149.362,94	–	3.576.044,00
Investimento	1.314.794,12	42.135,00	11.769,41	17.528,47	71.281,62	167.026,55	–	3.946.433,88
Total	16.401.416,11	29.029.513,80	11.427.505,76	11.773.002,43	24.938.159,31	16.955.968,00	8.673.895,21	351.729.863,83

* Exceto Reitoria e Instituto de Artes Planalto.

¹ Em R\$ de novembro de 1997 – Deflator: IGP-DI Centrado – Fonte: IESP – FUNDAP.

Tabela 2a – UNESP – Número de Docentes, Funcionários e Alunos, 1997

Campus	Docentes			Funcionários			Total (1+2)	Alunos		
	Ativos	Inativos	Subtotal (1)	Ativos	Inativos	Subtotal (2)		Graduação	Pós-graduação	Total
Araçatuba	140	48	188	320	44	364	552	481	74	555
Araçatuba	426	138	564	804	138	942	1.506	2.758	711	3.469
Assis	164	54	218	196	31	227	445	1.281	252	1.533
Bauru	386	13	399	136	1	137	536	3.182	28	3.210
Bonaeu	602	92	694	2.607	487	3.094	3.788	1.773	1.066	2.839
Franca	101	38	139	123	16	139	278	1.052	205	1.257
Guaratinguetá	182	23	205	231	34	265	470	938	78	1.016
Ilha Solteira	196	3	199	362	24	386	585	814	92	906
Jaboticabal	239	28	267	677	113	790	1.057	910	497	1.407
Marília	151	52	203	162	43	205	408	1.062	245	1.307
Presidente Prudente	204	27	231	233	35	268	499	1.753	96	1.849
Rio Claro	267	67	334	401	70	471	805	1.532	747	2.279
São José do Rio Preto	187	68	255	219	48	267	522	1.346	211	1.557
São José dos Campos	81	41	122	153	42	195	317	209	73	282
Total	3.326	692	4.018	6.624	1.126	7.750	11.768	19.091	4.375	23.466

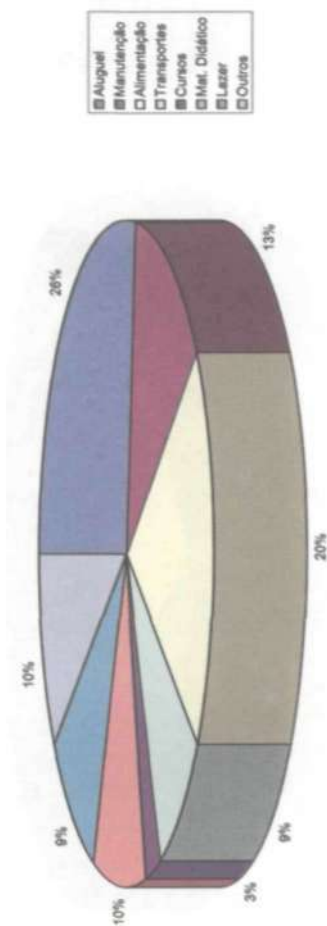


GRÁFICO 1 – UNESP – Araçatuba – Distribuição dos gastos dos alunos de graduação – 1997.

3.2 Gráficos

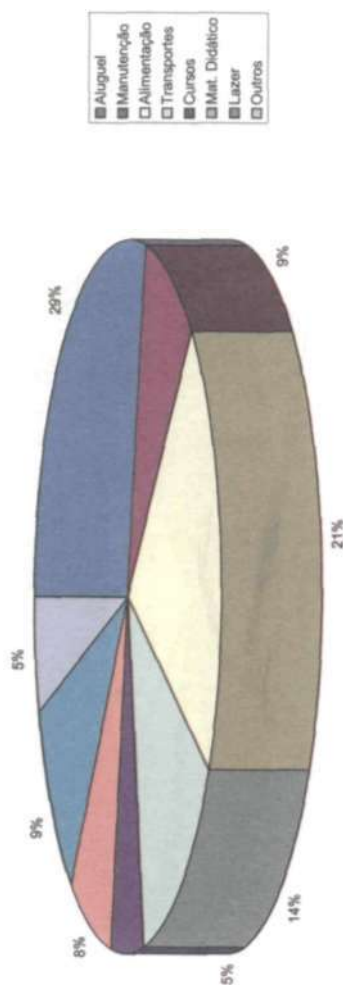


GRÁFICO 2 – UNESP – Araraquara – Distribuição dos gastos dos alunos de graduação – 1997.

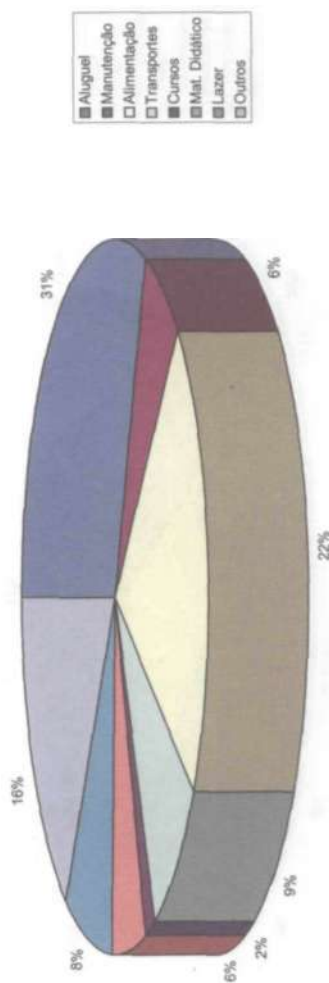


GRÁFICO 3 – UNESP – Assis – Distribuição dos gastos dos alunos de graduação – 1997.

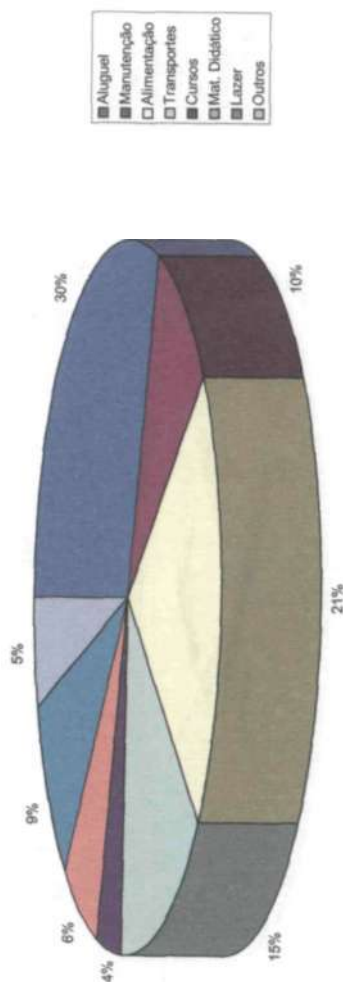


GRÁFICO 4 – UNESP – Bauri – Distribuição dos gastos dos alunos de graduação – 1997.

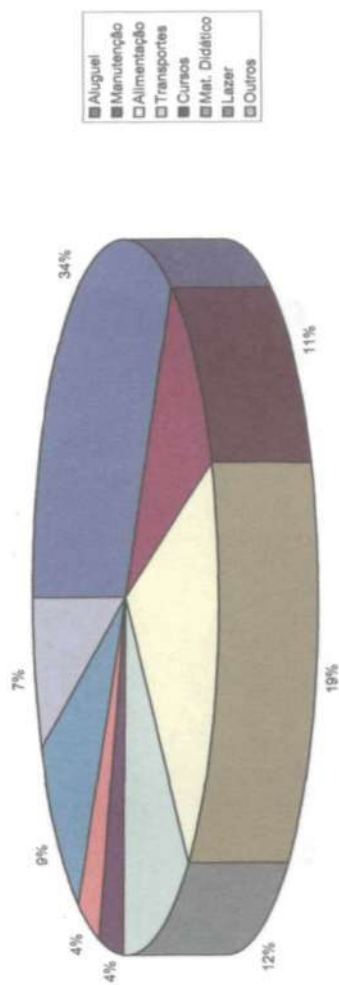


GRÁFICO 5 – UNESP – Botucatu – Distribuição dos gastos dos alunos de graduação – 1997.

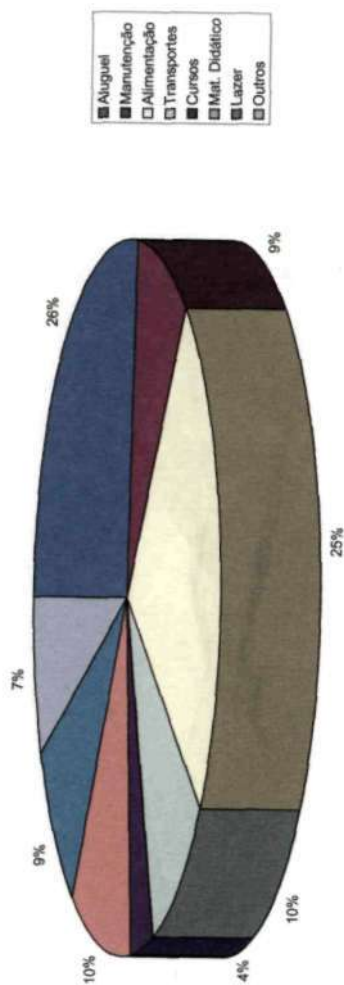


GRÁFICO 6 – UNESP – Franca – Distribuição dos gastos dos alunos de graduação – 1997.

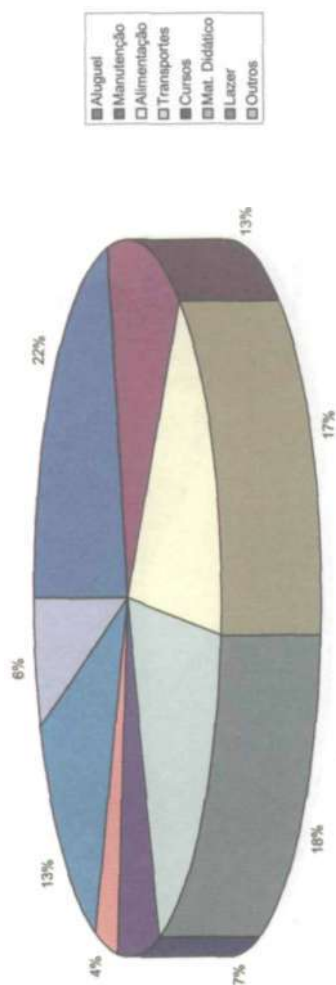
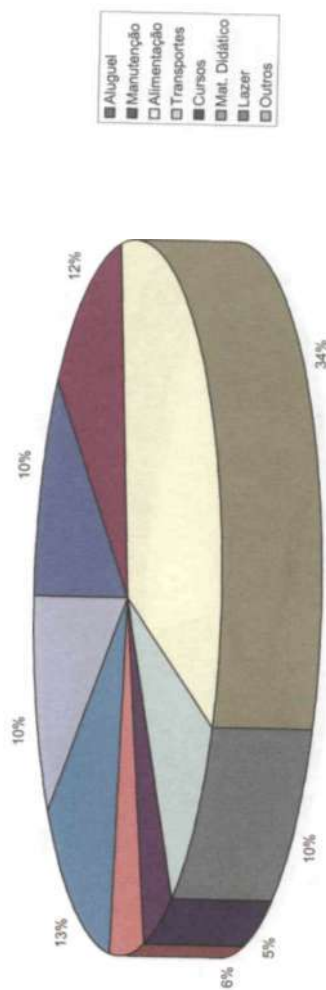


GRÁFICO 7 – UNESP – Guaratinguetá – Distribuição dos gastos dos alunos de graduação – 1997.



.GRÁFICO 8 – UNESP – Ilha Solteira – Distribuição dos gastos dos alunos de graduação – 1997.

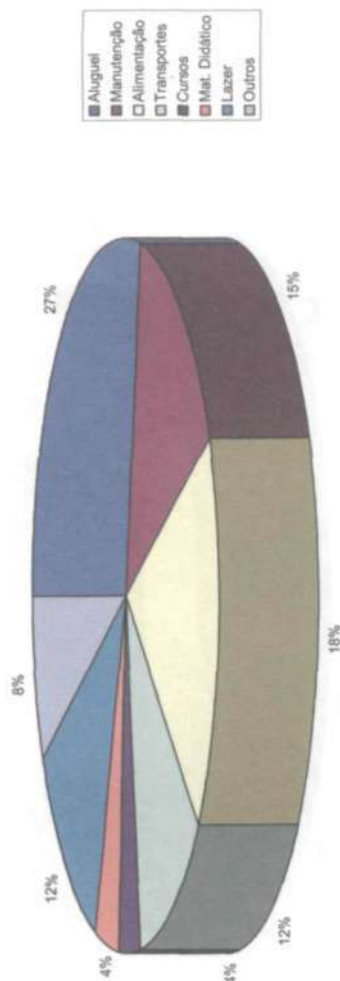


GRÁFICO 9 – UNESP – Jaboticabal – Distribuição dos gastos dos alunos de graduação – 1997.

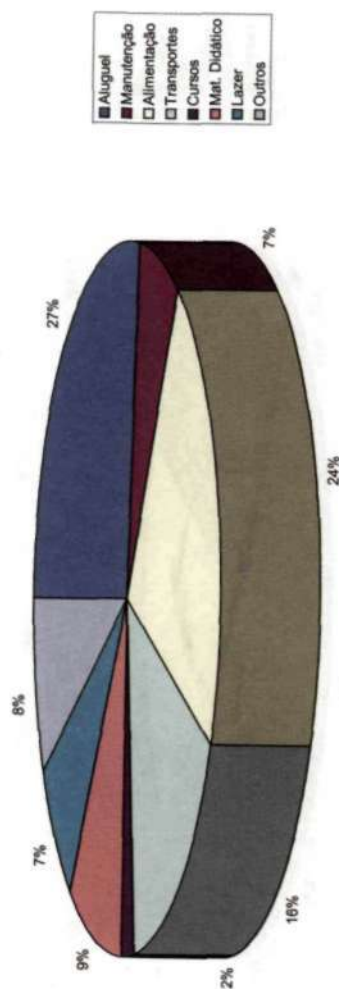


GRÁFICO 10 – UNESP – Marília – Distribuição dos gastos dos alunos de graduação – 1997.

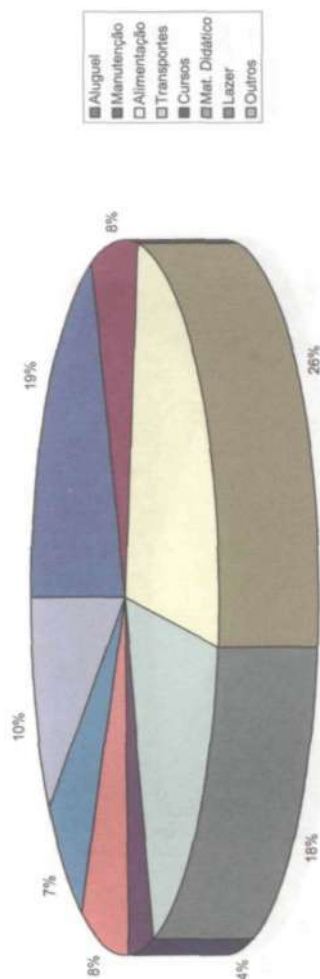


GRÁFICO 11 – UNESP – Presidente Prudente – Distribuição dos gastos dos alunos de graduação – 1997.

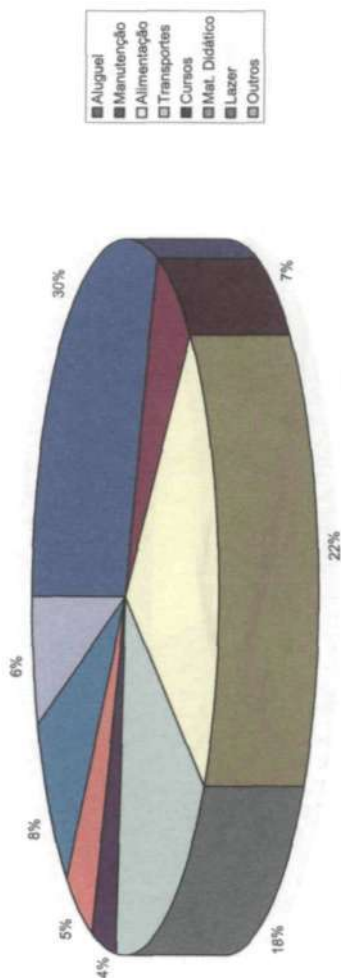


GRÁFICO 12 – UNESP – Rio Claro – Distribuição dos gastos dos alunos de graduação – 1997.

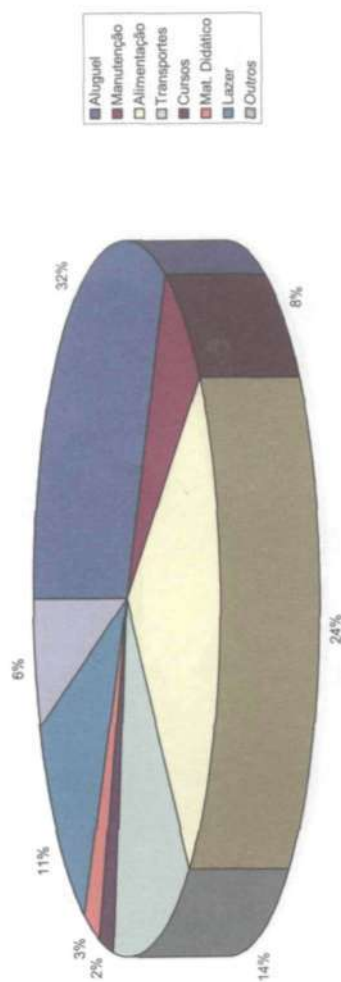


GRÁFICO 13 – UNESP – São José dos Campos – Distribuição dos gastos dos alunos de graduação – 1997.

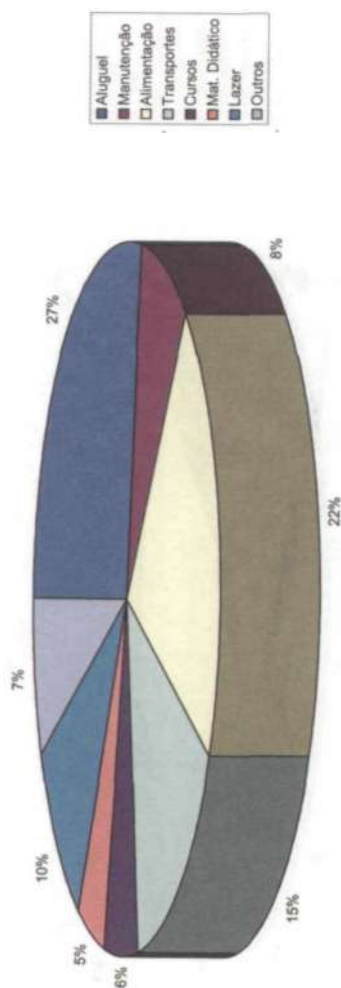


GRÁFICO 14 – UNESP – São José do Rio Preto – Distribuição dos gastos dos alunos de graduação – 1997.

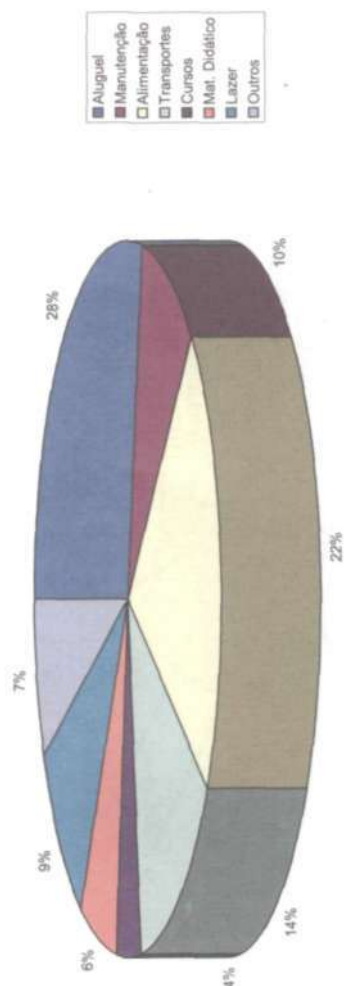
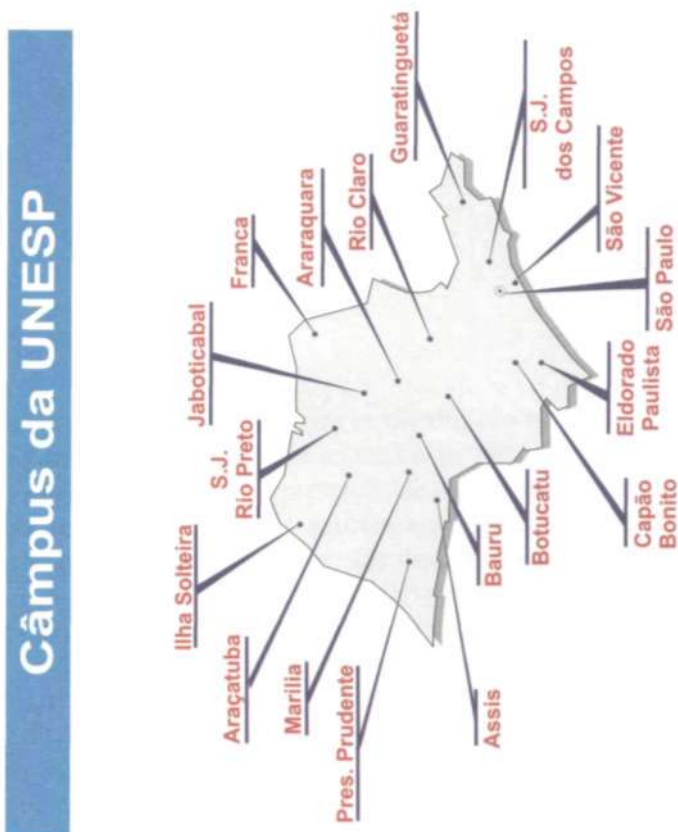


GRÁFICO 15 - UNESP - Distribuição dos gastos dos alunos de graduação no conjunto dos campus - 1997.

3.4 Localização dos campus da UNESP



III - OS SERVIÇOS PRESTADOS PELA UNESP NA ÁREA DE SAÚDE: CUSTOS, IMPACTOS FINANCEIROS E SOCIAIS

1 Introdução

Os objetivos da pesquisa cujos resultados são apresentados a seguir foram: 1. dimensionar os custos de uma das atividades-fins da UNESP, ou seja, a prestação de serviços à comunidade com um corte específico: aqueles que, fazendo parte da formação profissional dos alunos, são dirigidos para a área de saúde da população; 2. reunir informações a respeito destas atividades, cuja divulgação pudesse contribuir para reafirmar o relevante papel social que ela desempenha. Não havia a intenção de avaliar o grau de eficiência das unidades ou clínicas pesquisadas no que se refere aos recursos utilizados e aos serviços prestados, da perspectiva de uma análise do tipo custo-benefício. Nesse sentido, o conceito de custo utilizado e os resultados obtidos não tiveram como objetivo avaliar eficiência, mas sim, mostrar à sociedade o retorno proporcionado, na forma de serviços prestados, como contrapartida dos recursos públicos recebidos.

Por outro lado, o dimensionamento dos custos de alguns dos serviços prestados pela UNESP teve a intenção de contribuir para a organização de um sistema de controle de custos que permita à universidade aperfeiçoar a administração de seu orça-

mento. A crise de financiamento do setor público e as constantes oscilações na arrecadação do ICMS impõem a busca sistemática por uma gestão financeira eficiente.

2 Os custos dos serviços de saúde

Nas empresas públicas ou privadas que produzem mercadorias ou serviços com o objetivo de vendê-los no mercado, o dimensionamento e a avaliação dos custos são instrumentos fundamentais, quando se pretende ganhar competitividade e, por consequência, conquistar maiores fatias de mercado.

O conceito de custos está relacionado com a aquisição, utilização e reposição dos recursos produtivos por parte das empresas. Nesse sentido, os custos representam gastos efetuados pelas empresas durante o ciclo produtivo e devem ser recuperados quando da venda dos bens e serviços, por meio dos preços. Preço este que, além de cobrir os custos, deve proporcionar uma margem de lucro.¹

Se a apropriação de custos é importante para as empresas produtoras de bens e serviços, qual a sua utilidade nas organizações que não têm como objetivo o lucro?

Qualquer organização pública ou privada, independentemente de suas funções e objetivos, deve ter como meta a eficiência e eficácia de seu sistema de gestão. A utilização e o frequente aperfeiçoamento dos métodos de controle de custos são partes integrantes desse processo. Esse controle permite reunir informações que possibilitam:

1 estabelecer padrões para a elaboração do orçamento e para outras formas de previsão dos gastos;

2 estabelecer parâmetros comparativos entre os gastos realizados em vários exercícios e com outras instituições similares;

1 VASCONCELOS, L. A. T., BASIC, M. J. *Introdução aos sistemas de custeio*. Campinas: Unicamp, 1990. (Mimeogr.).

3 auxiliar no processo de tomada de decisões, fornecendo informações referentes aos recursos a serem administrados;

4 avaliar os efeitos de decisões relativas ao aumento ou corte de investimentos;

5 no caso das organizações do setor público, prestar contas à sociedade a respeito da forma como elas utilizam os recursos públicos recebidos.

No Brasil, o controle de custos nos órgãos públicos constitui um procedimento pouco usual, o que se reflete na quase inexistência de trabalhos nessa área. Porém, dada a crise de financiamento das universidades públicas, observa-se entre seus dirigentes uma preocupação crescente com a adoção de procedimentos administrativos que permitam dimensionar, avaliar e controlar os custos relativos ao desenvolvimento de suas atividades-fins: ensino, pesquisa e extensão. A conquista da autonomia da gestão financeira pelas universidades públicas do Estado de São Paulo reforçou a necessidade de transformar esta preocupação em ações que incorporem, nas rotinas administrativas, sistemas de controle de custos com o intuito de informar e agilizar o processo de tomada de decisões. Afinal, uma boa gestão financeira começa pela eficiência do sistema de controle de custos.

Dentre os serviços de extensão prestados pela universidade nos 15 campus existentes, destacam-se aqueles dirigidos para a área de saúde da população, que representam as atividades de extensão socialmente mais significativas. Para a prestação desses serviços as unidades da UNESP, de modo geral, dependem parcela significativa de seus recursos, conforme mostram as Tabelas 1, 2 e 3.

Os *custos diretos* da Tabela 1 representam - como a própria nomenclatura evidencia - os gastos diretos efetuados pelas clínicas para realizar o atendimento aos clientes, ou seja: salários dos funcionários que trabalham nas clínicas, material de consumo e encargos sociais. No caso da Faculdade de Medicina, a

remuneração dos plantões médicos representam também custos diretos. Para o dimensionamento desses custos não foi computada a participação dos salários dos docentes que dedicam parte das suas horas de trabalho à universidade na supervisão e orientação dos alunos que realizam o atendimento direto à população.²

Nos *custos indiretos* estão computadas as despesas dos setores administrativos das unidades (faculdades ou institutos) cujas atividades têm uma forte relação com o funcionamento das clínicas. Dessa forma, foram contabilizados os salários dos funcionários, os encargos sociais e o material de consumo dos setores de: conservação e manutenção, materiais, almoxarifado, compras, patrimônio, assim como a depreciação dos equipamentos e instalações.³ Também foram computados nos custos indiretos: os salários dos funcionários inativos com base nos salários dos setores diretos e indiretos, uma vez que representam custos para as unidades e, por consequência, para a universidade; e os gastos com manutenção, água, energia e telefone.

A soma dos *custos diretos e indiretos* mostra que, para realizar o atendimento à população, as unidades universitárias consideradas gastaram durante o ano de 1996 R\$ 56,6 milhões (valores de 1997). Esse valor representou, em média, 35 % da receita total dessas unidades (Tabela 3).

- 2 O procedimento metodológico para calcular o custo / hora /docente dedicado à supervisão e orientação nas clínicas é relativamente simples. Ocorre que a quantidade de informações necessárias, a diversidade dos regimes de trabalho dos docentes e as especificidades de cada clínica impunham um tempo de trabalho para a organização e tratamento dos dados que ultrapassava o cronograma de realização da pesquisa. Diante disso, decidiu-se não contabilizar o referido custo.
- 3 Os custos de depreciação referem-se ao desgaste dos equipamentos e das instalações. No caso dos equipamentos foram considerados os de maior valor unitário utilizados nas clínicas. Mesmo com este corte, parte dos equipamentos existentes não foi contabilizada para efeito de cálculo da depreciação desde que foi impossível a atualização de seus preços. No caso do Hospital Universitário estima-se que 50% dos equipamentos deixaram de ser contabilizados.

Tabela 1 – UNESP – Custos dos serviços prestados, 1996. Em R\$¹

Custos	Odontologia São José dos Campos	Odontologia Araraquara	Odontologia Araraquara	Farmácia- Bioquímica Araraquara	Fisioterapia Presidente Prudente	Psicologia Assis	Psicologia Bauru	Fonoaudiologia Marília	Medicina Botucatu	Total
Custo direto (1)	474.269,76	616.454,09	1.144.338,63	828.555,49	83.176,15	272.339,28	154.334,72	67.965,52	34.823.063,73	38.464.497,38
Salários diretos	342.376,21	359.908,50	712.568,76	286.726,55	64.422,89	212.022,83	118.529,89	52.657,76	15.718.443,14	17.867.656,52
Encargos sociais	92.546,82	96.628,44	263.396,28	77.769,37	17.181,42	57.529,00	32.435,04	14.133,76	4.181.279,30	4.832.899,42
Material de consumo direto	39.346,73	159.917,16	168.373,59	464.059,58	1.571,84	2.787,44	3.369,79	1.174,00	10.563.471,88	11.404.072,03
Plantão médico	—	—	—	—	—	—	—	—	4.359.869,42	4.359.869,42
Custo indireto (2)	753.412,35	981.797,79	1.143.812,76	576.444,47	52.522,25	160.672,98	159.951,97	91.620,79	14.237.197,98	18.157.433,35
Salários indiretos líquidos	167.273,48	219.444,69	291.094,63	130.841,97	3.963,53	13.197,81	81.500,18	1.040,76	2.210.245,44	3.118.602,49
Salários dos inativos	160.649,30	190.522,36	396.633,20	107.713,82	1.761,78	28.620,01	5.582,97	24.868,46	3.080.749,76	3.997.101,66
Encargos sociais	88.915,17	112.325,74	149.600,40	65.898,34	18.656,39	89.785,29	23.827,77	7.146,11	1.396.713,46	1.952.868,66
Material de consumo indireto	4.669,80	21.400,54	4.331,21	64.500,83	1.949,69	—	—	—	285.833,96	382.746,04
Despesas com água	11.530,42	6.848,65	21.530,05	902,58	1.970,64	1.764,96	—	—	452.698,60	497.245,90
Despesas com e. elétrica	19.216,21	22.781,48	13.869,44	2.260,93	2.654,79	2.091,98	1.433,49	1.943,21	680.214,65	746.466,18
Despesas com telefone	6.193,62	14.980,97	9.442,74	4.269,76	1.397,05	2.267,23	3.305,82	1.839,32	1.706.953,75	1.750.650,25
Depreciação dos equipamentos	131.990,88	255.065,31	164.730,65	153.460,88	8.096,20	4.684,23	6.732,92	19.229,81	1.098.696,97	1.842.687,84
Depreciação dos imóveis	104.364,74	76.167,45	78.467,88	22.060,26	11.299,74	18.261,47	37.568,82	10.102,74	994.708,68	1.353.001,79
Gastos com manutenção	58.608,73	62.260,61	14.112,56	24.475,11	772,43	—	—	25.450,38	2.330.382,72	2.516.062,54
Custo total (1) + (2)	1.227.682,11	1.598.251,88	2.288.151,40	1.404.999,97	135.698,40	433.012,26	314.286,69	159.586,31	49.060.261,72	56.621.930,73

¹ Em R\$ de novembro de 1997 – Deflator: IGP-DI Centrado – Fonte: IESP – FUNDAP.

Tabela 3 - UNESP - Participação relativa do custo total na receita, 1996. Em R\$'

Unidade/Curso	Campus	Receitas ² (A)	Custo total (B)	(B)/(A) %
FO - Curso de Odontologia	Araraquara	12.298.596,57	2.288.151,40	18,60
FO - Curso de Odontologia	São José dos Campos	8.307.409,05	1.227.682,11	14,78
FO - Curso de Odontologia	Araçatuba	13.993.574,44	1.598.251,88	11,42
FMB - Curso de Medicina	Botucatu	57.222.193,67	49.060.261,72	85,74
FCL - Curso de Psicologia	Assis	13.902.165,61	433.012,25	3,11
FC - Curso de Psicologia	Bauru	21.120.767,57	314.286,69	1,49
FCT - Curso de Fisioterapia	Presidente Prudente	11.880.003,24	135.698,40	1,14
FFC - Curso de Fonoaudiologia	Marília	11.498.187,41	159.586,31	1,39
FCF - Curso de Farmácia e Bioquímica	Araraquara	11.003.019,95	1.404.999,97	12,77
Total		161.225.917,50	56.621.930,73	35,12

¹ Em RS de novembro de 1997 - Deflator: IGP-DI Centrado - Fonte: IESP - FUNDAP.

² Receita orçamentária + receita de convênios.

Se as prefeituras desses municípios tivessem de atender a esta demanda, seria necessário realizar investimentos na montagem de estruturas equivalentes às existentes nas unidades da UNESP. Para tanto, como mostra a Tabela 4, o montante do investimento requerido, a valores vigentes no mercado, seria de aproximadamente R\$ 40 milhões. Valor que correspondia, em média, a 25% da despesa do conjunto dos municípios na área de saúde no ano de 1996. Esse montante refere-se somente aos investimentos em instalações e equipamentos,⁴ ou seja, à construção de uma estrutura não colocada em funcionamento. Para tanto, haveria de considerar ainda os gastos de custeio: pessoal, material de consumo, serviços de terceiros e encargos sociais.

4 O custo de montagem, referente aos equipamentos, está subestimado pelas razões apontadas na nota 3.

Tabela 4 - UNESP - Custo para montagem de clínicas semelhantes às existentes nas unidades. Em R\$¹

Unidade/Curso	Campus	Equipamentos	Instalações físicas	Total
FO - Curso de Odontologia	Araraquara	1.130.600,00	1.833.892,44	2.964.492,44
FO - Curso de Odontologia	São José dos Campos	1.097.407,00	2.407.418,73	3.504.825,73
FO - Curso de Odontologia	Araçatuba	1.030.250,00	1.776.579,13	2.806.829,13
FCL - Curso de Psicologia	Assis	21.695,00	425.942,40	447.637,40
FC - Curso de Psicologia	Bauru	31.183,50	319.456,80	350.640,30
FCT - Curso de Fisioterapia	Presidente Prudente	37.497,57	263.262,50	301.060,07
FMB - Curso de Medicina	Botucatu	10.177.230,00	18.427.973,05	28.605.203,05
FFC - Curso de Fonoaudiologia	Marília	89.062,86	232.293,02	321.355,88
FCF - Curso de Farmácia-Bioquímica	Araraquara	710.704,05	498.274,61	1.208.978,66
Total		14.325.629,98	26.185.392,68	40.511.022,66

¹ Os preços dos principais equipamentos e das instalações físicas (área construída e terreno - m²) referem-se ao ano de 1997.

Esses números mostram que, para prestar esses serviços, a UNESP realiza um dispêndio significativo de recursos cuja repercussão social é "ignorada" por boa parte das autoridades governamentais, quando se trata de avaliar as atividades desenvolvidas pelas universidades públicas. Nesse sentido, no próximo item, são apresentados alguns indicadores do atendimento proporcionado à população que revelam o significado social dos serviços públicos ofertados pela universidade.

3 O significado socioeconômico da prestação de serviços de saúde

Tomando como parâmetro os valores referentes aos campus da UNESP localizados no interior do Estado de São Paulo, apresentados no capítulo II, evidencia-se que o montante de recursos recebidos pelas universidades públicas paulistas é significativo. Assim, a questão que imediatamente se coloca é: qual o retorno dado pela universidade à sociedade a partir dos recursos que recebe?

O artigo 207 da Constituição brasileira estabelece que as universidades devem obedecer ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Isto significa que, além de sua principal função que é a formação de recursos humanos, as universidades têm dois outros compromissos com a sociedade: o desenvolvimento da pesquisa básica e o atendimento dos problemas da comunidade na qual ela está inserida. Nesse sentido, a avaliação do retorno dado pelas universidades à sociedade deve pautar-se pela qualidade destas atividades-fins que a elas cabem desenvolver.

No caso da UNESP, nos últimos anos, sua atuação tem contribuído para aprofundar sua inserção social nas cidades onde ela está presente. E isto tem ocorrido não somente em razão do crescimento quantitativo e qualitativo de suas atividades de ensino e pesquisa mas, especialmente, por meio da prestação de serviços colocados à disposição da sociedade pelas unidades de seus diversos campus. De modo geral, podem ser citados:

- os serviços de saúde ofertados pela Faculdade de Medicina e pelo Hospital Universitário que atendem à população de dezenas de municípios de São Paulo e de outros Estados;
- ainda na área de saúde, destacam-se os serviços médicos, odontológicos, fisioterápicos, psicoterapêuticos, farmacêuticos e fonoaudiológicos;
- os serviços e as técnicas desenvolvidos pelas Faculdades de Ciências Agrônômicas e de Medicina Veterinária que contribuem para o desenvolvimento das atividades produtivas, sobretudo do setor agropecuário;
- as pesquisas e as ações desenvolvidas no campo da política ambiental, que resultam no avanço do conhecimento teórico e das técnicas de preservação do meio ambiente, decisivos para a intervenção do setor público nessa área;
- as assessorias a órgãos públicos, prefeituras e empresas privadas; os cursos de extensão e de especialização dirigidos a profissionais de várias áreas; o desenvolvimento de novos métodos e técnicas a partir das pesquisas realizadas por professores e alunos.

Portanto, além dos efeitos econômico-financeiros para as economias locais resultantes da movimentação de seus recursos, a existência da UNESP proporciona, por meio dos serviços prestados à comunidade, um impacto de dimensões local e regional. De modo especial, destacam-se aqueles que, como parte da formação profissional dos alunos de alguns dos cursos de graduação, são dirigidos para a área de saúde da população e representam as atividades de extensão socialmente mais significativas, uma vez que contribuem para a melhoria das condições de saúde da população atendida.

A Tabela 5 indica o número de atendimentos realizados nas várias especialidades diretamente relacionadas à saúde da população. As informações socioeconômicas contidas nos prontuários das pessoas atendidas nas clínicas mencionadas demonstram que mais de 80% têm uma renda per *capita* que varia entre meio e dois salários mínimos. O que significa que a grande maioria da população beneficiada pertence às faixas de renda de menor poder aquisitivo.

É relevante também mencionar que, de um lado, o elevado nível do atendimento oferecido nas clínicas, e, de outro, a carência dos sistemas de proteção social existentes em muitas cidades, resultam no fato de que as unidades da UNESP que prestam esses serviços atendem à população de vários municípios das regiões onde estão localizadas. A população atendida pelo Hospital Universitário de Botucatu, por exemplo, é originária de várias cidades do Estado de São Paulo, assim como de Estados vizinhos.

A Tabela 6 mostra que o custo médio por tratamento ou atendimento nas clínicas, de modo geral, encontra-se abaixo dos preços de mercado cobrados nos consultórios ou clínicas particulares.⁵

5 No caso dos atendimentos e tratamentos realizados pelo Hospital Universitário não foi calculado o custo médio em razão de sua diversidade e graus diferenciados de complexidade. Não se conseguiu achar uma forma de calcular custo médio para atendimentos que incluem desde uma luxação de tornozelo até uma cirurgia coronária.

Tabela 5 - UNESP - Produção de serviços de saúde, 1996

Serviço	Unidade/Curso	Campus	Quantidade de serviços produzidos
Odontológico	FO - Curso de Odontologia	Araraquara	60.480 Tratamentos
	FO - Curso de Odontologia	São José dos Campos	62.531 Tratamentos
	FO - Curso de Odontologia	Araçatuba	17.432 Tratamentos
Psicoterapêutico	FCL - Curso de Psicologia	Assis	4.605 Sessões
	FC - Curso de Psicologia	Bauru	4.625 Sessões
Fisioterapêutico	FCT - Curso de Fisioterapia	Presidente Prudente	10.912 Atendimentos
Farmacêutico	FCF - Curso de Farmácia-Bioquímica	Araraquara	316.105 Análises Clínicas
			4.729 Coletas de sangue
			12.557 Bolsas de hemoderivados
Fonoaudiólogo	FFC - Curso de Fonoaudiologia	Marília	2.489 Atendimentos
Médico	FMB - Curso de Medicina	Botucatu	287.137 Consultas
			822.587 Análises clínicas
			13.732 Interações
			5.140 Cirurgias

¹ Principais itens do quadro de produção do Hospital Universitário.

A comparação entre o custo médio da produção de serviços de saúde pelas unidades da UNESP com os preços cobrados nos consultórios ou clínicas particulares, não é um procedimento rigorosamente correto. Primeiro, porque os conceitos de custos e preços não são equivalentes, uma vez que os custos constituem um dos componentes do preço. Segundo, porque os objetivos são distintos: a oferta desses serviços pela UNESP faz parte da formação profissional de seus alunos, o que influencia o nível dos custos. Neles estão embutidos componentes que integram tanto a formação dos alunos como a produção dos serviços, enquanto nos consultórios ou clínicas particulares, que objetivam

o lucro, os componentes do custo referem-se principalmente aos recursos humanos e materiais necessários para a produção dos serviços. Essa comparação foi feita no intuito de evidenciar o significado social dos serviços prestados à comunidade pelas clínicas da UNESP, pois, mesmo que esses serviços fossem cobrados a preços equivalentes aos seus custos, ainda assim, em geral, seriam menores que os praticados no mercado.

Tabela 6 - UNESP - Custo médio por atendimento e preços médios de mercado, 1996. Em R\$¹

Serviço	Campus	Custo médio por atendimento	Preço médio de mercado ⁽²⁾
Odontológico	Araçatuba	83,50	214,56
	Araraquara	37,83	
	São José dos Campos	19,63	
Farmacêutico	Araraquara	4,21	21,16
Psicológico	Assis	94,03	37,78
	Bauru	127,23	
Fisioterapêutico	Presidente Prudente	12,44	21,59
Fonoaudiológico	Marília	64,12	32,39

¹ Em RS de novembro de 1997 - Deflator: IGP-DI Centrado - Fonte: IESP - FUNDAP.

² Baseia-se no valor médio cobrado nos consultórios ou clínicas particulares. Os serviços odontológicos pesquisados foram: coroa vencer, dentadura, bloco, profilaxia, restauração, endodontia, prótese parcial removível e prótese por elemento. Para o serviço farmacêutico, os serviços pesquisados foram hemograma, glicose, urina, fezes e sorologia para sífilis. Para os serviços de fisioterapia, fonoaudiologia e psicologia, foram pesquisados os preços médios de mercado das sessões correspondentes.

Tome-se como exemplo, o custo médio por tratamento efetuado nas três faculdades de Odontologia da UNESP que, em 1996, variou entre R\$ 19,63 a R\$ 83,50 (Tabela 6). Considerando que o preço médio de mercado dos oito tratamentos odontológicos mais frequentes realizados nas clínicas particulares era de R\$ 214,56, constata-se que a grande maioria da população atendida nas clínicas da universidade, dado o seu nível de renda, não teria condições de pagar os preços vigentes no mercado.

A Tabela 7 compara o custo anual dos serviços prestados em cada unidade com o valor dos gastos dos municípios na área de saúde. Essa comparação permite observar a contribuição da UNESP para as políticas públicas de caráter social nestes municípios e no seu entorno. Na hipótese da inexistência desses serviços é viável supor que grande parte da demanda seria dirigida para o setor público municipal, que teria de realizar um gasto equivalente para o seu atendimento. Ou então, o não-atendimento dessa demanda pelo município provocaria um agravamento das condições de saúde da população diante dos preços cobrados pelas clínicas particulares. Considere-se ainda que, de um modo geral, os planos particulares de saúde impõem um limite de atendimento para alguns desses serviços, ou sequer os contempla. Essa afirmação é corroborada tendo em vista o número de atendimentos proporcionados pela UNESP nas unidades pesquisadas, conforme mostra a Tabela 5.

Tabela 7 - UNESP - Comparação entre os custos dos serviços prestados e as despesas dos municípios na área de saúde, 1996. Em R\$¹

Unidade/Curso	Campus	Custo do serviço prestado (A)	Gasto municipal com saúde (B) ²	(A)/(B)
FO - Curso de Odontologia	Araçatuba	1.598.251,88	7.718.630,22	20,71
FO - Curso de Odontologia	São José dos Campos	1.227.682,11	82.689.679,69	1,48
FO - Curso de Odontologia	Araraquara	2.288.151,40	12.260.453,21	18,66
FCF - Curso de Farmácia-Bioquímica	Araraquara	1.404.999,97	12.260.453,21	11,46
FFC - Curso de Fonoaudiologia	Marília	159.586,31	9.311.712,64	1,71
FCL - Curso de Psicologia	Assis	433.012,25	9.884.287,26	4,38
FC - Curso de Psicologia	Bauru	314.286,69	13.530.805,34	2,32
FCT - Curso de Fisioterapia	Presidente Prudente	135.698,40	8.425.272,73	1,61
FMB - Curso de Medicina	Botucatu	49.060.261,72	3.759.293,73	1305,04
Total		56.621.930,73	159.840.588,04	35,42

¹ Valores de 1995 em R\$ de novembro de 1997 - Deflator: IGP - DI Centrado.

² Fonte - Fundação SEADE.

É preciso ressaltar um outro aspecto de fundamental importância na avaliação dos serviços prestados pelas universidades. Trata-se do capital social acumulado que incorpora, além da infra-estrutura existente, o conhecimento e a experiência de seus docentes e funcionários, os métodos, as técnicas e os processos desenvolvidos, especialmente por meio das pesquisas, e que são incorporados aos serviços prestados à população.

Quanto tempo e qual montante de recursos necessários para que as esferas de governo (federal, estadual ou municipal) pudessem acumular o capital social existente nas universidades públicas?

É este capital, acumulado durante várias décadas, que lhes permite proporcionar gratuitamente um elevado padrão de ensino, pesquisa e extensão (prestação de serviços à comunidade). Esse conhecimento acumulado não pode ser medido, mas revela a importância do papel social das universidades públicas que, alguns homens públicos, seja do poder executivo ou do legislativo, fazem questão de ignorar. Atitude que, ao desqualificar este papel, vai ao encontro dos interesses das universidades privadas.

4 Metodologia utilizada na apropriação dos custos dos serviços de saúde

*André Luis Rossler
Fábio Miguel Longo*

4.1 Os sistemas de controle de custos⁶

De um modo geral, é possível mensurar os custos que incidem diretamente sob a produção de um bem ou serviço tais

6 Este item foi baseado no texto de VASCONCELOS, L., BASIC, M, op. cit., 1990.

como, a mão-de-obra e os insumos utilizados. Todavia, é muito difícil determinar com exatidão os custos de supervisão, de manutenção, de administração etc, que representam os custos indiretos. O sistema de custeio é um método que permite minimizar este problema.

Na contabilidade de custos existem dois sistemas frequentemente utilizados para o dimensionamento e controle dos custos em uma empresa: o *sistema de custeio total* (completo ou integral) e o *sistema de custeio variável*. A implementação de qualquer um deles exige o cumprimento de pelo menos quatro etapas:

- 1 levantamento de custos e despesas correspondentes a um determinado período;

- 2 cálculo dos custos a serem imputados ao produto;

- 3 montagem do quadro estrutural de custos e despesas;

- 4 análise do quadro, estrutura e porte da empresa para a definição do sistema a ser adotado.

Após o cumprimento dessas etapas, pode-se escolher um dos dois sistema de custeio acima mencionados.

Sistema de custeio total. Este sistema consiste um método que, por meio de critérios preestabelecidos, distribui, para cada um dos produtos, todos os custos gerados na empresa independente de estarem ou não caracterizados nestes produtos. Mediante a utilização desse sistema, cada produto, além dos custos diretos que lhes são específicos, vai absorver uma certa parcela dos gastos indiretos (fixos e variáveis) totais da empresa.

Na estrutura de custos de uma empresa são considerados como *custos indiretos*:

- 1 custos de fabricação (com exceção dos gastos com matérias-primas, materiais secundários e salários dos empregados);

- 2 despesas administrativas;

3 despesas com vendas (exceto os gastos com comissões dos vendedores);

4 despesas financeiras.

No *sistema de custeio total*, pode-se escolher dois métodos que são Complementares: o *custeio por taxa* e o *custeio por absorção*. O primeiro relaciona os custos indiretos a uma certa base de cálculo conhecida, como, por exemplo, a matéria-prima. O segundo permite determinar o custo hora-homem ou hora-máquina de cada centro de custo. É possível também a utilização de um sistema misto que permite apropriar os custos indiretos de fabricação por meio dos centros de custos e determinar uma taxa para apropriar os demais custos indiretos (administrativos, comerciais, financeiros etc.)

O método de *custeio integral por taxa* consiste na determinação de um certo valor, seja na forma de unidades monetárias ou na forma de percentual, que surge da relação entre uma base de cálculo composta por custos diretos - quantidades de produtos ou horas - com os custos indiretos do mesmo período.

O *custeio integral por absorção* permite apropriar os custos indiretos no custo dos produtos por meio de centros de custos em um volume normal de produção. Por meio dele, é possível relacionar a origem dos custos e sua aplicação sobre os produtos. A origem dos custos ocorre na unidade conceituai denominada centro de custos que constituem atividades, funções ou órgãos geradores de custo, que devem ser identificados segundo as características da empresa. O *custeio por absorção* é um dos métodos mais indicados para a apropriação dos custos indiretos.

Esse método permite também estruturar um sistema de informações para implantação de uma contabilidade de custos constituindo-se um instrumento para o planejamento de um sistema de orçamento de custos e despesas departamentais.

Como se observa, os sistemas utilizados para o dimensionamento e o controle dos custos foram desenvolvidos para aplicação em empresas produtoras de bens e serviços, cujo principal objetivo é o lucro.

Para a realização da pesquisa foi utilizado o *sistema de custeio por absorção* que é o método mais adequado para a apropriação dos custos indiretos, em função das diferentes características das unidades pesquisadas - que foram tratadas como centros de custos - e da diversidade de custos indiretos envolvidos em seu funcionamento.

Porém, a natureza da instituição pesquisada e a inexistência de parâmetros comparativos, ou seja, trabalhos desenvolvidos que tivessem utilizado a metodologia dos sistemas de controle de custos para a apropriação dos custos dos serviços de extensão prestados pela universidade, exigiram adaptações e mesmo improvisações nos procedimentos metodológicos. Tais procedimentos encontram-se descritos no próximo item.

Dessa forma, é forçoso reconhecer que alguns procedimentos utilizados na apropriação de alguns componentes dos custos, especialmente os indiretos, são passíveis de terem provocado distorções nos resultados obtidos.

Por outro lado, também é necessário considerar alguns fatores que podem ter contribuído - em graus variados nas diferentes unidades pesquisadas - para a existência das referidas distorções. Em primeiro lugar, a qualidade e a escassez das informações trabalhadas. O seu elevado grau de agregação e o fato das unidades universitárias não utilizarem procedimentos contábeis para dimensionar custos, exigiram as mencionadas adaptações e improvisações metodológicas. Em segundo lugar, deve-se considerar as dificuldades encontradas para a atualização monetária dos equipamentos existentes nas clínicas que foram objeto de estudo, com especial destaque para o Hospital Universitário de Botucatu, dadas a diversidade e a quantidade dos equipamentos utilizados. Como os equipamentos estão patrimoniados pelo seu valor simbólico, foi necessária a realização de um levantamento de preços nas empresas fornecedoras. Diante disso, decidiu-se contabilizar, para efeito do cálculo dos custos de depreciação, somente os equipamentos de maior valor unitário. Evidentemente que esta decisão implicou uma subestimação dos custos relativos à depreciação, o que não alterou significativamente o custo total.

4.2 Descrição da metodologia

Para dimensionar e avaliar os custos dos serviços de extensão prestados pela UNESP na área de saúde, foram considerados os cursos de graduação que têm a seguinte especificidade: desenvolvem atividades de prestação de serviços à comunidade na referida área, como parte da formação profissional de seus alunos.⁷

Na UNESP, atendem a esta especificidade os cursos de:

- Medicina (Botucatu)
- Odontologia (Araraquara, São José dos Campos e Araçatuba)
- Farmácia e Bioquímica (Araraquara)
- Fisioterapia (Presidente Prudente)
- Fonoaudiologia (Marília)
- Psicologia (Assis e Bauru)

As unidades e/ou clínicas responsáveis pela prestação desses serviços são as seguintes:

Hospital Universitário que atende às diversas especialidades médicas.

- Faculdade de Medicina - Botucatu.

Clínicas Odontológicas

- Faculdade de Odontologia - Araraquara:
 - *Odontopediatria e Ortodontia Infantil*
 - *Clínica Integrada para Adultos*
 - *Periodontia, Semiologia e Medicina Bucal*
 - *Cirurgia e Radiologia*
 - *Dentística, Endodontia e Prótese Total*
 - *Prótese Parcial Fixa e Prótese Parcial Removível*

7 Esta consideração implicou a exclusão dos custos das demais atividades-fins da universidade, ou seja, ensino e pesquisa.

- Faculdade de Odontologia - Araçatuba:
 - *Centro de Atendimento Odontológico a Excepcionais*
 - *Centro de Oncologia Bucal*
 - *Clínica do Bebê*
 - *Clínicas I e II*
 - *Radiologia*
 - *Estomatologia e Semiologia*
- Faculdade de Odontologia - São José dos Campos:
 - *Pronto-Socorro*
 - *Infantil*
 - *Cirurgia*
 - *Restauradora*
 - *Prótese*
 - *Pós-Graduação*
 - *Radiologia*
 - *Clínica Campus*

Clínicas de Atendimento Psicológico

- Faculdade de Ciências e Letras - Assis
 - *Centro de Psicologia Aplicada (CPA)*
- Faculdade de Ciências - Bauru
 - *Centro de Psicologia Aplicada (CPA)*

Clínica de Fonoaudiologia

- Faculdade de Filosofia e Ciências - Marília
 - *Clínica de Fonoaudiologia*

Núcleo de Atendimento à Comunidade

- Faculdade de Ciências Farmacêuticas - Araraquara:
 - *Laboratório de Análises Clínicas "Antônio Longo "*
 - *Núcleo de Hematologia e Hemoterapia de Araraquara*

Clínica de Fisioterapia

- Faculdade de Ciências e Tecnologia - Presidente Prudente
 - *Clínica de Fisioterapia*

42.1 Informações coletadas

Os dados obtidos na reitoria da UNESP e nas unidades pesquisadas foram utilizados para a construção de uma planilha de custos para cada clínica que presta serviços na área de saúde. No caso do Hospital Universitário, embora existam diversas clínicas que atendem a várias especialidades na área médica, foi construída uma planilha que agrega os custos das atividades do Hospital em seu conjunto.

Embora cada curso e cada tipo de serviço prestado tenham suas especificidades, de modo geral, os dados e informações utilizados para a montagem das planilhas foram os seguintes:

- 1 valor dos equipamentos utilizados nas clínicas;
- 2 número de funcionários que trabalham diretamente nas clínicas;
- 3 número de funcionários que trabalham nos setores administrativos das faculdades ou institutos cujas atividades têm uma relação direta com as clínicas, como, por exemplo, almoxarifado, compras etc.
- 4 folha bruta de salários dos funcionários por seção, departamentos ou divisões, destacando em separado a folha de salários dos inativos e os encargos sociais;
- 5 receitas de convênios mantidos pelas clínicas, como, por exemplo, com o Sistema Único de Saúde (SUS), Prefeituras, Unimed etc;
- 6 área construída (em metros quadrados) das clínicas;
- 7 área construída total das faculdades ou institutos;

8 gastos com material de consumo das clínicas das faculdades ou institutos, dos setores mais diretamente ligados a elas e o total da unidade;

9 organograma das faculdades ou institutos;

10 despesas com contas de água, luz, telefone;

11 gastos com manutenção de máquinas e equipamentos;

12 valor do seguro contra incêndio;

13 estimativa percentual do patrimônio existente nas clínicas em relação ao total geral das faculdades ou institutos;

14 número de atendimentos realizados anualmente nas clínicas.

4.2.2 Composição da planilha de custos

Foram considerados os seguintes custos:

4.2.2.1 Custos Diretos

Os custos diretos⁸ são os custos e despesas diretamente incidentes sobre o serviço prestado: salários diretos, material de consumo, encargos sociais diretos. Os gastos com consumo de água, energia e telefone - que do ponto de vista da metodologia de apropriação de custos fazem parte dos custos diretos - para efeito de montagem das planilhas foram computados como indiretos, uma vez que cada um deles representa o consumo total da unidade (faculdade ou instituto).

8 Na Faculdade de Medicina de Botucatu, foi agregado junto aos custos diretos, em um item separado, o gasto com a remuneração dos plantões médicos realizado pelos docentes.

Salários diretos líquidos (WD) - Correspondem aos vencimentos líquidos anuais dos funcionários ligados diretamente às clínicas. Dada a complexidade envolvida na metodologia do rateio do número de horas que cada docente dedica ao trabalho de supervisão e/ou orientação nas clínicas, os salários dos docentes não foram computados no quadro de custos.

Encargos sociais (ESD) - São os gastos totais da universidade com o recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), pagamento de férias e 13º salário de funcionários ativos (ESTA), apropriados segundo a proporção dos salários diretos (WD) em relação ao total da folha dos funcionários ativos (WTA). A fórmula utilizada para tal cálculo foi a seguinte:

$$ESD = \frac{WD}{WTA} \times ESTA$$

Material de consumo direto (MCD) - Gasto total anual com material de consumo utilizado pelas clínicas que prestam atendimento à população.

4.2.2.2 Custos indiretos

Os custos indiretos englobam os custos e despesas que não incidem diretamente sobre a prestação dos serviços, mas que são necessários para a execução destes. Como já observado, além dos custos de depreciação dos equipamentos e dos imóveis, foram computados também alguns custos de natureza direta, tais como água, luz e telefone que, dada a impossibilidade de isolar o consumo das clínicas, tiveram que receber tratamento metodológico específico.

Salários indiretos líquidos (WI) - Correspondem ao somatório anual dos vencimentos líquidos dos funcionários dos departamentos, setores ou seções indiretamente ligados às clínicas. Exemplo: conservação e manutenção, materiais, almoxarifado, compras, manutenção, patrimônio etc. Assim:

$$WI = WR_{(CM)} + WR_{(Mt+A+C)} + WR_{(Mn+P)}$$

Os salários de cada setor ou seção foram rateados segundo um critério específico, com o objetivo de reduzir possíveis distorções de custos. Os critérios de rateio utilizados foram:

- *Conservação e Manutenção* ($WR_{(CM)}$) — Medido em função da relação entre metragem quadrada das clínicas e metragem quadrada total da faculdade. A fração resultante dessa relação foi aplicada ao montante de salários desse setor ($W_{(CM)}$).

$$WR_{(CM)} = \frac{m^2 \text{ total das clínicas}}{m^2 \text{ total da unidade}} \times W_{(CM)}$$

- *Materiais, almoxarifado e compras* ($WR_{(Mt+A+C)}$) - Medido em função da relação entre gastos diretos (MCD) e indiretos (MCI) de material de consumo das clínicas e o gasto total com materiais de consumo da faculdade (MCT). O índice obtido dessa relação foi aplicado sobre o total dos vencimentos líquidos dos funcionários destas seções ($W_{(Mt+A+C)}$). O resultado dessa operação corresponde ao custo do gerenciamento do material de consumo utilizado pelas clínicas. Dessa forma:

$$WR_{(Mt+A+C)} = \frac{MCD + MCI}{MCT} \times W_{(Mt+A+C)}$$

- *Manutenção e patrimônio* ($WR_{(Mn+P)}$) - Apropriado de acordo com a relação entre o patrimônio das clínicas e o patrimônio total da unidade (pPAT). Esse índice foi obtido junto ao Setor de Patrimônio das unidades de uma forma estimada, uma vez que não foi feito o levantamento do total dos equipamentos existentes nas clínicas, nem os das unidades como um todo.

Na Faculdade de Odontologia de Araraquara, estimou-se que os equipamentos das clínicas representam aproximadamente 70% do patrimônio total da unidade. Dessa forma, foram absorvidos 70% do total de salários líquidos dos funcionários dos setores de manutenção e patrimônio ($W_{(Mn+P)}$), correspondentes ao gerenciamento de tais equipamentos. A fórmula é a seguinte:

$$WR_{(Mn+P)} = pPAT \times W_{(Mn+P)}$$

Salários de inativos (WN) - O cálculo deste item baseou-se na apropriação do total da *folha líquida* de funcionários *inativos* em função da proporção dos salários de funcionários ativos (diretos e indiretos), segundo as fórmulas descritas a seguir, onde:

- Salários dos funcionários ativos dos setores diretamente ligados às clínicas (*salários líquidos diretos* - WD);
- Salários dos funcionários ativos dos setores indiretamente ligados às clínicas (*salários líquidos indiretos* - WI);
- Folha líquida total dos salários dos funcionários ativos (WTA);
- Folha líquida total dos salários dos funcionários inativos (WTN).

Para a obtenção dos índices que mostram as proporções dos salários líquidos dos funcionários ativos dos setores direta (pD) e indiretamente (pI) ligados às clínicas na folha líquida de salários dos funcionários ativos, foram realizados os seguintes cálculos:

$$pI = \frac{WI}{WTA} \qquad pD = \frac{WD}{WTA}$$

Tais proporções foram aplicadas sobre a folha *total* de salários líquidos dos funcionários inativos (WTN), resultando na *parcela* (WN) de salários de funcionários inativos proporcional à folha de funcionários ativos diretos e indiretos.

$$WN = WTN \times (pD + pI)$$

Encargos sociais (ESI) - Resultado da combinação de encargos sociais (FGTS, 13º salário e férias) proporcionais aos salários líquidos anuais dos funcionários *ativos* dos setores *indiretamente* ligados às clínicas (WI) e ao montante de salários líquidos anuais de funcionários *inativos* (WN), já calculado. Assim:

$$ESI = (pI \times ESTA) + [(pI + pD) \times ESTN]$$

onde pI, pD e ESTA já foram descritos anteriormente; e ESTN refere-se ao gasto total anual da universidade com o recolhimento do FGTS, pagamento de férias e 13º salário de funcionários inativos.

Material de consumo (MCI) - Trata-se do gasto anual total com material de consumo utilizado pelos departamentos, seções e/ou setores de apoio à prestação de serviços à comunidade.

Despesas com energia elétrica (EE) - O critério de apuração foi estimado em função da metragem quadrada das clínicas em relação à metragem quadrada total da faculdade. A fração resultante dessa relação foi aplicada ao gasto total com energia elétrica da faculdade (EET).

$$EE = \frac{m^2 \text{ das clínicas}}{m^2 \text{ total da unidade}} \times EET$$

Despesas com telefone (TF) - O procedimento utilizado foi análogo ao da apuração das despesas com energia elétrica.

$$TF = \frac{m^2 \text{ das clínicas}}{m^2 \text{ total da unidade}} \times TET$$

em que TET é o gasto anual total da unidade com telefone.

Despesas com água (AG) - O procedimento utilizado foi o análogo ao do item das despesas com energia elétrica.

$$AG = \frac{m^2 \text{ das clínicas}}{m^2 \text{ total da unidade}} \times AGT$$

em que AGT é o gasto anual total da unidade com água.

Depreciação⁹ dos equipamentos (DEq) - O cálculo da depreciação demandou um levantamento do preço médio de mercado dos principais equipamentos¹⁰ utilizados pelas clínicas e seções envolvidas na prestação dos serviços. A listagem dos equipamentos foi fornecida pelo setor de patrimônio de cada unidade e o preço de mercado foi apurado junto a revendedores especializados. Com base neste levantamento, adotou-se o seguinte critério para o cálculo: para equipamentos de pequeno porte (epp), o tempo de depreciação empregado foi de 5 anos e, para os de grande porte (egp), de 10 anos, de acordo com a seguinte fórmula:

$$DEq = \frac{\Sigma epp}{5} + \frac{\Sigma egp}{10}$$

Depreciação dos imóveis (DI) - Sobre o total da área construída das clínicas e seções que prestam atendimento direto à população foi aplicado o Índice de Custos Unitários Pini de Edificações" (ICUPE), com base em maio/96, para prédios comerciais, no intuito de se calcular o valor aproximado do imóvel. O tempo de depreciação empregado foi de 20 anos.

$$DI = \frac{m^2 \text{ das clínicas} \times ICUPE}{20}$$

9 Depreciação: Desgaste de máquinas, equipamentos e instalações físicas pelo uso ou obsolescência tecnológica. Na contabilidade das empresas, a depreciação constitui um custo contábil compensado anualmente segundo critérios legalmente instituídos, no intuito de se repor tais bens ao final do período de depreciação estabelecido.

10 Dada a quantidade e a diversidade dos equipamentos existentes em algumas unidades (ex.: Hospital Universitário, Clínicas Odontológicas), decidiu-se considerar apenas os equipamentos de maior valor unitário existentes nas clínicas.

11 A Pini é a principal empresa brasileira de informações especializadas para o setor da construção e arquitetura. Fundada em 1948, a Pini produz informações setoriais no Brasil e está orientada para a prestação de serviços a empresas de projetos, construtoras de edificações, empreiteiras de obras públicas e montagens industriais.

Gastos com manutenção (MN) - o procedimento utilizado foi análogo ao do item *Despesas com energia elétrica*.

$$MN = \frac{\text{m}^2 \text{ das clínicas}}{\text{m}^2 \text{ total da unidade}} \times \text{MNT}$$

em que MNT é o gasto anual total da unidade com manutenção de máquinas, equipamentos e instalações físicas.

4.3 *Custo total*

Este item é o somatório dos custos diretos e indiretos representa o montante necessário para o funcionamento das clínicas no período de um ano.

$$\text{TOTAL } \Sigma(1) + \text{TOTAL } \Sigma(2)$$

Quadro 1 - Estrutura dos custos

Custos diretos (1)	Códigos
Salários diretos líquidos	WD
Encargos sociais	ESD
Material de consumo direto	MCD
Custos indiretos (2)	
Salários indiretos líquidos	WI
Salários inativos	WN
Encargos sociais	ESI
Material de consumo indireto	MCI
Despesas com energia elétrica	EE
Despesas com telefone	TF
Despesas com água	AG
Depreciação dos equipamentos	DEq
Depreciação do imóvel	DI
Gastos com manutenção	MN
Custo total (1+2)	

CONCLUSÕES

Existem dois aspectos relevantes relacionados à existência das universidades públicas paulistas. De um lado, as atividades-fins que elas desenvolvem, ou seja, ensino, pesquisa e prestação de serviços à comunidade, com destaque para os serviços de saúde que atendem especialmente a população de baixa renda. De outro, seu impacto sobre a economia dos municípios por meio da movimentação de um volume considerável de recursos financeiros que contribui para dinamizar a vida econômica local

Os dados apresentados nesse trabalho evidenciaram a importância de sua inserção social e demonstraram que a formação dos alunos não constitui o único produto das universidades públicas. O desenvolvimento do conhecimento científico e tecnológico proporcionado pelas pesquisas realizadas junto com os serviços prestados à comunidade - parte do qual foi possível conhecer por meio desse trabalho - constituem o retorno que elas proporcionam à sociedade. E é justamente em função dessas atividades desenvolvidas pelas universidades públicas que não é possível estabelecer qualquer parâmetro comparativo com o custo/aluno das universidades particulares. Isto porque estas, na sua grande maioria, não realizam atividades de pesquisa e não prestam qualquer tipo de serviço à população das cidades onde

se localizam. A formação de seus alunos constitui o único componente do seu custo.

Há que se considerar ainda o atendimento de alto-padrão proporcionado pelas universidades públicas, que é realizado a um custo muito baixo, como mostraram os dados apresentados. Ao prestar tais serviços, elas estão colaborando para a melhoria da saúde da população, dos sistemas de proteção social e, conseqüentemente, para a implementação das políticas públicas.

Além disso, o desenvolvimento das atividades que atendem parte da demanda da população por serviços sociais ao contribuir para a implementação das políticas públicas de caráter social, tem implicações diretas sobre as finanças dos municípios. Na inexistência desses serviços, esta demanda seria dirigida para o setor público o que implicaria o aumento das despesas da administração municipal. Ou então, caso esta demanda não fosse atendida, os problemas sociais seriam agravados.

É um equívoco, portanto, considerar as universidades apenas como unidades de despesa. A relevância dos serviços prestados à sociedade - acima demonstrada em números - contraria a opinião daqueles que, baseados em uma visão contábil equivocada, enxergam as universidades públicas somente como fontes de gastos de recursos. Esta visão despreza o elevado patrimônio científico, educacional e tecnológico das universidades que têm contribuído para aprofundar seus vínculos com a sociedade, com os setores produtivos, com a cultura e com a execução das políticas públicas.

Os indicadores relativos aos serviços prestados pela UNESP revelam a importância do retorno dado à sociedade pela universidade. Sua atuação no atendimento à população constitui parcela importante na implementação das políticas públicas de caráter social.

Essas considerações apontam para a existência de um largo campo a ser explorado relativamente ao papel social das universidades públicas. Se hoje elas desempenham uma importante função social, suas atividades de prestação de serviços à comunidade podem e devem ser ampliadas.

Por sua vez, cabe ao poder público contribuir para a expansão e o aprimoramento desta função social. Esse estreitamento da cooperação entre o poder público e a universidade é fundamental no atual contexto da descentralização das políticas públicas; e, mais do que isso, é urgente, dado o agravamento das condições de vida da grande maioria da população brasileira.

Por outro lado, acusadas com frequência de ineficientes, as universidades públicas precisam criar instrumentos que tornem transparente para a sociedade o retorno que elas proporcionam a partir dos recursos públicos que recebem. No atual contexto político-econômico, caracterizado pelo predomínio das teses neoliberais, a criação desses instrumentos é de fundamental importância. A resistência à política de sucateamento das universidades públicas dependerá de nossa organização e de nosso esforço para melhorar a qualidade do ensino, da pesquisa e das atividades de extensão e, por consequência, da eficácia dos mecanismos de administração financeira. Neste processo, o aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão ocupa papel relevante.

No caso específico da UNESP, dadas as características peculiares de sua distribuição geográfica que a distinguem da maioria das universidades brasileiras, e considerando que, no Brasil, o processo de descentralização das políticas públicas assumiu um caráter irreversível, coloca-se para seus dirigentes e para as administrações municipais um desafio para o futuro: a exploração de um imenso campo de atuação conjunta no que se refere tanto ao planejamento do desenvolvimento municipal quanto à execução das políticas públicas.

Referências bibliográficas

- 1 VAIDERGON, J. *As seis irmãs: as Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras - Estado de São Paulo, 1957-1964*. Campinas, 1995. Tese (Doutorado) - Faculdade de Educação, Universidade de Campinas.
- 2 VASCONCELOS, L. A. T., BASIC, M. J. *Introdução aos sistemas de custeio*. Campinas: Unicamp, 1990. (Mimeogr.).

SOBRE O LIVRO

Coleção: Prismas

Formato: 14 x 21 cm

Mancha: 23 x 43 paicas

Tipografia: Times New Roman 11/13

Papel: Offset 75 g/m² (miolo)

Cartão Supremo 250 g/m² (capa)

1ª edição: 1998

EQUIPE DE REALIZAÇÃO

Produção Gráfica

Edson Francisco dos Santos (Assistente)

Edição de texto

Fábio Gonçalves (Assistente Editorial)

Carlos Villarruel (Preparação de Original)

Luicy Caetano de Oliveira (Revisão)

Editoração Eletrônica

Lourdes Guacira da Silva Simonelli (Supervisão)

Duclera Gerola Pires de Almeida e

Edmilson Gonçalves (Diagramação)



Impresso nas oficinas da
EDITORA PARMA LTDA.
Telefone: (011)6412-7822
Av. Antonio Bardella, 280
Guarulhos - São Paulo - Brasil
Com filmes fornecidos pelo editor

O impacto econômico-financeiro provocado pelos institutos universitários da UNESP não se caracteriza única e exclusivamente pelo retorno do ICMS que eles proporcionam aos municípios em forma de salários, investimentos e custeios, mas também pelo que é despendido pelos estudantes em seu cotidiano escolar. Em acréscimo, devemos anotar um impacto de outro matiz mais difícil de ser mensurado: aqui estamos no campo do impacto de natureza socio-cultural que ocorre nas cidades e nas regiões.

O livro do Prof. Bovo, agora lançado pela Editora UNESP, se constitui, assim, trabalho pioneiro que deverá servir não só aos setores universitários, mas a todos aqueles que pensam o espaço universitário como merecedor de prioridade no estabelecimento das políticas públicas.

Não se trata de um livro elaborado para servir de defesa das universidades públicas, pois no caso paulista penso que isso não se faz necessário, mas sim de constatação da importância destas como geradoras de riquezas em diferentes pontos do Estado.

Utilizando metodologia compatível e criteriosa, esta obra é merecedora de ocupar um lugar de destaque em sua biblioteca, e espero que, após a leitura, você, leitor, possa efetivamente aproveitar as conclusões aqui apresentadas no seu comportamento-cidadão.

Prof. Dr. Antonio Carlos Bernardo
Doutor em Sociologia - UNESP

UNIVERSIDADE E COMUNIDADE

JOSÉ MURARI BOVO

**AVALIAÇÃO DOS
IMPACTOS ECONÔMICOS
E DA PRESTAÇÃO
DE SERVIÇOS**



ISBN 85-7139-229-3



9 788571 392298

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)